

# Vacas à Venda

Como a ligação da companhia de carne JBS com o desmatamento da Amazônia é facilitada por financiadores, importadores e supermercados do Reino Unido, EUA e UE

---

**Junho 2022**



# Conteúdo

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Sumário Executivo</b> .....  | <b>3</b>  |
| <b>Introdução</b> .....   | <b>5</b>  |
| <b>Os pecuaristas seronni e suas violações contra o meio ambiente e os direitos humanos</b> ..... | <b>7</b>  |
| Os danos dos Seronni à Amazônia .....   | 7         |
| Escravidão moderna .....  | 7         |
| Grilagem .....  | 9         |
| A lavagem de gado .....   | 11        |
| <b>Auditores, financiadores, importadores e supermercados</b> .....                               | <b>14</b> |
| Auditores – falhas em excesso .....   | 14        |
| Financiadores – nada mudou .....  | 16        |
| Importadores .....  | 17        |
| Supermercados – uma regra para você, outra regra para mim .....                                   | 18        |
| <b>Conclusão</b> .....  | <b>20</b> |
| <b>Recomendações</b> .....  | <b>21</b> |
| <b>Notas Finais</b> .....   | <b>23</b> |

Esta é uma tradução para o português do relatório Vacas à Venda que foi publicado originalmente em inglês em 23/06/2022. No caso de qualquer discrepância ou na ausência de clareza, favor consultar a versão original em inglês

Este relatório contém algumas citações de artigos de imprensa, documentos e fontes que foram traduzidos para o português a partir do inglês. Estas estão claramente indicadas nas referências.

Vários estudos têm demonstrado que o setor pecuário é o principal motor do desmatamento na Amazônia brasileira.

*Jonne Roriz/Bloomberg via Getty Images*

# Sumário Executivo

**Em novembro passado, ao fim das negociações climáticas da COP26 em Glasgow, os governos de 141 países contendo mais de 3,6 bilhões de hectares de florestas assinaram uma [declaração](#) se comprometendo a interromper e reverter o desmatamento até 2030. Todos reconheceram a importância das florestas no esforço global para limitar o aumento da temperatura a 1,5 grau Celsius, incluindo o Brasil – apesar do desmatamento [desenfreado](#) ocorrido no país durante o governo Bolsonaro. Não obstante, durante a conferência uma estatística se destacou por sua ausência: a [taxa](#) de desmatamento referente à Amazônia brasileira no ano passado. Sob anonimato, ministros de Bolsonaro teriam dito à Associated Press que o governo [omitiu](#) essas informações para evitar prejudicar suas negociações. Quando esses números foram posteriormente [divulgados](#), revelou-se a pior taxa de desmatamento da Amazônia desde 2006, em uma área quase equivalente à extensa região metropolitana de Tóquio. Para alguns [especialistas](#), isso se deve ao [desmonte](#) das garantias ambientais perpetrado pelo Presidente brasileiro.**

A pecuária exerce um papel central nessa destruição. [Análises](#) demonstraram que a carne bovina é a [principal](#) força motriz do desmatamento tropical e representa uma área do tamanho da [Suécia](#) – quatro vezes maior que a área do óleo de palma, a segunda commodity mais destrutiva. No Brasil, [pesquisas](#) mostram que 70% da área desmatada na Amazônia é hoje ocupada por gado bovino.<sup>1</sup> A processadora de carnes brasileira JBS – supostamente a [maior do mundo](#) – seria a [principal](#) compradora desse gado.<sup>2</sup> A gigante da carne bovina também esteve na COP26 e [assinou](#) ambiciosos compromissos de não desmatamento, declarando uma política de tolerância zero com relação a essa prática. Contudo, deixou de mencionar que, semanas antes, uma auditoria de sua cadeia de abastecimento feita pelo Ministério Público no estado Amazônico de Pará revelou que a empresa compra mais de um terço de seu gado de fazendas responsáveis por desmatamento ilegal. Essa revelação corroborou as descobertas de um [relatório](#) anterior da Global Witness, que expôs como a JBS havia comprado gado de 327 fazendas com dezenas de milhares de campos de futebol de desmatamento ilegal em Pará, descumprindo suas obrigações legais de não desmatamento feitas junto ao Ministério Público.

A investigação agora conclui que, apesar dos compromissos internacionais, a JBS continuou comprando

de 144 das mesmas fazendas paraenses expostas em nosso relatório anterior, mais uma vez descumprindo seus acordos com o Ministério Público (a JBS nega essas alegações). Também contrariando suas obrigações, a empresa não monitorou outras 470 fazendas envolvidas em sua cadeia de abastecimento – chamados fornecedores indiretos - e contendo cerca de 40.000 campos de futebol de desmatamento ilegal na Amazônia. Em resposta, a JBS disse que implementou um novo sistema de monitoramento desses fornecedores e montou 15 escritórios de sustentabilidade em todo o Brasil para ajudar os pecuaristas a cumprir a legislação ambiental.

A Global Witness também revela que um dos fornecedores regulares da JBS no Pará, a dinastia Seronni, é acusada de comandar, há pelo menos uma década, supostas violações de direitos humanos, uso de trabalho escravo, desmatamento ilegal, grilagem de terras e lavagem de gado, o que exemplifica como a gigante da carne bovina contribui para muitos dos males que assolam a Amazônia atualmente. Quando as denúncias de trabalho escravo foram apresentadas à JBS no ano passado, ela alegou que iria bloquear esses pecuaristas. No entanto, a Global Witness descobriu que a empresa continuou comprando gado dessas fazendas por meio de terceiros, mesmo após nossos avisos e em total descumprimento de suas obrigações legais. Em resposta, a JBS disse que os pecuaristas agiram de má fé e burlaram deliberadamente seu sistema de monitoramento. A empresa também disse que bloqueou os terceiros assim que avaliou as informações apresentadas pela Global Witness. Os Seronni não responderam, apesar de nossos insistentes pedidos. O fato de esses pecuaristas conseguirem burlar os esforços de devida diligência da JBS – e, em última instância, terem seus produtos comercializados no mundo todo – é uma triste constatação sobre como funciona o mercado global de gado bovino.

Entretanto, o governo e os frigoríficos brasileiros não são os únicos cúmplices dessa destruição. Uma das fabricantes de couro mais prestigiadas do mundo, a empresa italiana Gruppo Mastrotto, também está implicada. Segundo a Global Witness, a empresa importou couro dos problemáticos abatedouros da JBS no Pará, que, por sua vez, compraram centenas de milhares de cabeças de gado de fazendas com desmatamento ilegal na Amazônia. Além de possuir subsidiárias que também compram couro no Brasil, o grupo foi classificado como tendo 0%



A JBS é alegadamente uma das maiores empresas de alimentos do mundo. Luke Sharrett/Bloomberg via Getty Images

de rastreabilidade da fazenda de origem de seus produtos, o que significa que a empresa não tem como saber se seu couro está ligado ao desmatamento ilegal. Apesar disso, o grupo italiano continua atendendo grandes montadoras como a Volkswagen, proprietária de Audi, Porsche, Bentley e Lamborghini, a Toyota, além da fabricante de móveis Ikea.

A JBS também enviou couro de suas polêmicas operações no Pará para uma empresa de sua propriedade na Itália, a Conceria Priante, apesar do descumprimento generalizado de suas obrigações legais de não desmatamento. Com isso, os consumidores europeus correm o risco de estar comprando produtos relacionados às flagrantes infrações mencionadas acima. A Mastrotto disse que não compra mais da JBS, mas não respondeu quando questionada se poderia identificar a fazenda de origem do couro comprados por suas subsidiárias brasileiras. Enquanto isso, Volkswagen e Toyota disseram que suas políticas internas garantem que o couro comprado não esteja ligado a crimes ambientais, mas não responderam se consideraram aceitável que um de seus fornecedores seja incapaz de rastrear seu couro. A Ikea afirmou que nenhum de seus couros da Mastrotto veio da JBS e que exige que seus fornecedores identifiquem a fazenda de origem de seus produtos.

Nossa nova investigação também mostra que redes de supermercados britânicas como [Morrisons](#), [Sainsbury's](#), [Iceland](#) e [Asda](#) em fevereiro de 2022 trabalharam com carne enlatada da JBS comprada do Brasil por um fornecedor no Reino Unido,<sup>3</sup> mesmo que algumas dessas redes tenham rejeitado publicamente a compra de produtos da JBS e todas tenham condenado o enfraquecimento da proteção ambiental no governo

Bolsonaro. A Morrisons informou que pretendia retirar o produto com carne da JBS de suas prateleiras devido às informações compartilhadas pela Global Witness. A Sainsbury's e a Iceland alegaram que trabalham com seus fornecedores para garantir a compra de carne responsável, enquanto a Asda simplesmente não respondeu, apesar de vários pedidos de comentários.

Além disso, por muitos anos, bancos globais e gestores de ativos como Deutsche Bank, HSBC, Barclays, JP Morgan, Santander e BlackRock destinaram bilhões de dólares à JBS e continuam a fazê-lo, mesmo que seus portfólios anunciem compromissos antidesmatamento. Quando perguntamos se as descobertas deste relatório haviam afetado sua sólida e duradoura relação com a JBS, alguns alegaram que estavam trabalhando com a empresa para melhorar seu desempenho ou exigindo que ela removesse o desmatamento de suas cadeias de abastecimento com mais celeridade. Outros se recusaram a comentar ou não responderam, apesar de nossos inúmeros pedidos.

Todas essas instituições financeiras são incentivadas pelas agências de classificação de risco S&P, Moody's e Fitch, que frequentemente fazem avaliações favoráveis da gigante da carne bovina, apesar de suas ligações com a destruição da Amazônia. Em resposta, as três afirmaram que apenas analisam se o desempenho ambiental da JBS impacta sua capacidade de pagar suas dívidas. O setor financeiro global é, portanto, o combustível que move o agronegócio. Uma maior regulação desse setor é essencial para reduzir sua contribuição ao desmatamento, sobretudo considerando as repetidas falhas de suas iniciativas voluntárias de não desmatamento.

Embora os governos do Reino Unido, da UE e dos EUA declarem estar planejando leis para garantir que suas empresas não importem commodities ligadas ao desmatamento, estão deixando de fora o setor financeiro. Além disso, o Reino Unido está considerando apenas a introdução gradual de certos produtos ligados ao desmatamento em sua legislação de commodities. Isso significa que as importações de carne bovina e couro ligadas ao desmatamento podem não ser regulamentadas até pelo menos 2027. Essa demora pode solapar os efeitos da nova legislação. A Global Witness pede que os governos sejam rápidos e eficazes ao discutir todas as principais commodities agrícolas associadas ao desmatamento, incluindo gado bovino e seus derivados, e implementem exigências semelhantes para instituições financeiras. Só assim consumidores e correntistas poderão acreditar que seus supermercados e bancos estão fazendo o possível para evitar o desmatamento associado a empresas como a JBS e pecuaristas como os Seronni.



# Introdução

**Os trabalhadores eram obrigados a beber, tomar banho e limpar seus utensílios com água suja e parada, contaminada com esterco de vaca. À noite, eram obrigados a dormir com os animais, sem água encanada ou eletricidade. Trabalhavam 17 horas por dia e não tinham acesso a banheiros ou roupas limpas. Não recebiam equipamento de proteção contra produtos químicos tóxicos ou na hora de operar maquinário pesado. Os salários não eram pagos e eles tinham dívidas não especificadas a saldar. Quando reclamaram, foram recebidos a tiros e expulsos da fazenda. Todos os seus pertences foram queimados. Em suma, eram tratados como escravos.**

Essas foram as conclusões do Ministério do Trabalho durante as fiscalizações realizadas em 2006, 2018 e 2021 em duas grandes fazendas no Pará pertencentes a Sergio Luiz Xavier Seronni e seu filho Sergio Seronni.<sup>4</sup> A Global Witness encontrou evidências de que esses fazendeiros destruíram vastas áreas da floresta amazônica e se

envolveram com grilagem de terras e lavagem de gado, ao mesmo tempo em que vendiam gado para a JBS, a maior empresa de carne bovina do mundo. A gigante de carne bovina, por sua vez, exportou couro proveniente do Pará para a fabricante italiana de couro Grupo Mastrotto,<sup>5</sup> conforme apurado pela Global Witness. A Mastrotto fornece para o Grupo Volkswagen,<sup>6</sup> proprietário de Audi, Porsche, Bentley, Lamborghini, Seat e Skoda. Toyota e<sup>7</sup> Ikea também figuram entre seus clientes.<sup>8</sup> Assim, algumas das maiores e mais famosas marcas da Europa e seus clientes compram couro de uma empresa italiana ligada ao desmatamento da Amazônia e a graves violações dos direitos humanos.

A contribuição da JBS para o desmatamento da Amazônia está bem documentada. Em 2020, nosso relatório [Carne Bovina, Bancos e a Amazônia Brasileira](#) revelou que entre 2017 e 2019, a JBS comprou gado de 327 fazendas paraenses com o equivalente a mais de 20.000 campos de futebol de desmatamento ilegal. Essa constatação



Imagens aéreas dos campos de gado em São Félix do Xingu, Estado do Pará, Brasil, 2019. © Fábio Nascimento / Greenpeace

mostra o descumprimento de seus acordos de não desmatamento com o Ministério Público Federal e seus próprios compromissos voluntários, embora a empresa negue.<sup>9</sup> A Global Witness também descobriu que, entre 2016 e 2019, a JBS não monitorou outras 3.270 fazendas envolvidas em sua cadeia de abastecimento e contendo 98.000 hectares de desmatamento no Pará.<sup>10</sup> A partir de setembro de 2020, a empresa alegou que estenderia seu monitoramento a esses fornecedores.

Ao repetir a análise, a Global Witness descobriu agora que, em 2020, a JBS comprou diretamente de 144 das *mesmas* fazendas, descumprindo mais uma vez suas obrigações legais, apesar de suas alegações anteriores de inocência. Também podemos divulgar que, no mesmo ano, 470 de seus chamados ‘fornecedores indiretos’ – que vendem gado para fazendas de engorda que depois revendem para a JBS – continham cerca de 34.000 hectares de desmatamento ilegal em suas fazendas na Amazônia. No total, cerca de 1.600 fornecedores indiretos no Pará continham 48.000 hectares de desmatamento, regular ou não.<sup>11</sup> As obrigações legais de desmatamento zero da JBS<sup>12</sup> exigiam que ela tivesse começado a monitorar essas fazendas já em 2011. Todavia, no final de 2020 a empresa anunciou que só alcançaria o monitoramento completo em 2025, em flagrante descumprimento dos compromissos assumidos mais de uma década antes.<sup>13</sup> A demora no cumprimento desses compromissos ocorre em um momento em que o desmatamento da Amazônia atinge níveis recorde, motivado pelos ataques do governo Bolsonaro à legislação ambiental.<sup>14</sup>

No entanto, a gigante da carne bovina continua a ser financiada e atendida por Deutsche Bank, HSBC, Barclays, Santander, JP Morgan e BlackRock em operações que envolvem centenas de milhões de dólares,<sup>15</sup> apesar de

sua conexão profunda com o desmatamento, a grilagem de terras e violações de direitos humanos.<sup>16</sup> No ano passado, por exemplo, o Barclays facilitou a negociação de títulos para a JBS no valor de quase US\$ 1 bilhão. Apesar dos vários relatórios da Global Witness sobre a empresa, o banco continua a fazer negócios com a JBS.

O fracasso da JBS em embargar pecuaristas como os Seronni e o apoio contínuo que recebe de grandes financiadores e importadores do Reino Unido, UE e EUA mostram a urgência de um processo de devida diligência mais rigoroso sobre o risco de desmatamento. Destaca-se a necessidade imediata de os governos aprovarem leis para proibir o uso e o financiamento de carne bovina e couro que promovam o desmatamento.<sup>17</sup> Os cientistas estão alertando que a Amazônia pode atingir um ponto de inflexão<sup>18</sup> e se tornar uma savana seca se essa destruição continuar. Permitir que bancos e fundos de investimento continuem financiando o agronegócio predatório diminui o potencial da nova legislação de proteger o ecossistema amazônico e as pessoas que vivem nele.

A Global Witness agora se concentra no caso das fazendas de Seronni e sua exploração do trabalho escravo, além da destruição de vastas áreas de floresta, com o que a JBS lucrou ainda mais. Acompanhando a cadeia de abastecimento de couro da gigante da carne bovina, a investigação mostra como a produção de seus problemáticos frigoríficos no Pará foi exportada para uma das maiores fabricantes de produtos de couro do mundo, que mantém relações comerciais com algumas das marcas de automóveis e móveis mais famosas da Europa. Destacamos também as falhas contínuas e sistemáticas que permitem que o modelo de negócios da JBS perdure, alimentado por financiamento barato oferecido por bancos que alegam se preocupar com o meio ambiente.

Deutsche Bank 

HSBC 

 BARCLAYS

J.P.Morgan

 Santander

BLACKROCK

# Os pecuaristas Seronni e suas violações contra o meio ambiente e os direitos humanos

## Os danos dos Seronni à Amazônia

**Sergio Luiz Xavier Seronni, chefe da dinastia Seronni, tem uma longa e conturbada história de desmatamento ilegal, abusos de direitos humanos e submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão. Essas atividades permitem que Seronni tenha um estilo de vida luxuoso. Ele possui aviões Cessna e Piper<sup>19</sup> e 10 empresas no valor de quase US\$ 50 milhões.<sup>20,21</sup> Imagens de satélite revelam que uma de suas fazendas possui uma sede grandiosa, cercada por piscina, árvores<sup>22</sup> e jardins.**

Em 1999, Seronni era o segundo maior destruidor da floresta amazônica de acordo com uma [lista](#) preparada pelo Ibama.<sup>23</sup> Ele financia as campanhas eleitorais<sup>24</sup> de políticos controversos e também<sup>25</sup> autuados por desmatamento ilegal<sup>26</sup> e exploração de trabalho escravo.<sup>27</sup>

A família Seronni possui inúmeras fazendas no Pará.<sup>28</sup> A análise da Global Witness agora mostra que duas de suas maiores fazendas contêm o equivalente a 2.700 campos de futebol de desmatamento ilegal realizado entre 1999 e 2018.<sup>29</sup>

Dados de satélite do governo brasileiro mostram que 552 hectares de floresta foram desmatados ilegalmente em 2008 na Fazenda Terra Roxa.<sup>30</sup> Entre 2012 e 2015, outros 30 campos de futebol de floresta foram derrubados ilegalmente dentro da mesma fazenda.<sup>31</sup> Em 2018, mais 1.600 hectares<sup>32</sup> de desmatamento ilegal – equivalente a uma área quase do tamanho de [Genebra](#) – foram descobertos pelo Ibama em outra fazenda. Por isso, a fazenda foi colocada na lista do Ibama de [fazendas embargadas](#).<sup>33</sup>

Apesar desse histórico, a Global Witness estima que entre 2014 e 2020 os Seronni tenham lucrado entre US\$ 2 e US\$ 7 milhões com suas vendas de gado para a gigante de carne bovina JBS.<sup>34</sup>

## Escravidão moderna

A riqueza dos Seronni foi adquirida não apenas à custa da Amazônia, mas também da trágica exploração de seus trabalhadores. Esta investigação revela um padrão recorrente de abusos de direitos humanos e uso de trabalho escravo em suas propriedades ao longo de muitos anos.



Imagens de satélite da Fazenda Santa Maria Boca do Monte de Seronni. Crédito: Maxar Technologies





Imagem de algumas das condições dos trabalhadores na Fazenda Terra Roxa. De pedidos de liberdade de acesso à informação ao Ministério do Trabalho do Brasil

Em 2006, no município de Cumaru do Norte, no sul do Pará, dezesseis pessoas foram resgatadas de uma das fazendas dos Seronni, a Fazenda Terra Roxa, onde trabalhavam em regime de escravidão. O mais velho tinha 66 anos.<sup>35</sup> A equipe de resgate descobriu que essas pessoas trabalhavam em turnos de 17 horas sem descanso. Não havia disponibilidade de abrigo nem água corrente. Além disso, esses trabalhadores não eram pagos e disseram ser cobrados por dívidas não especificadas. Eles limpavam seus utensílios de cozinha em poças cheias de excrementos de animais, enquanto seus barracos improvisados tinham lonas plásticas no lugar de paredes e telhados.

Os trabalhadores foram indenizados após fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho, cujas conclusões foram obtidas pela Global Witness de acordo com a lei de acesso à informação.<sup>36</sup> Os fiscais julgaram Sergio Luiz Xavier Seronni e seu filho Sergio Seronni como responsáveis.<sup>37</sup>

Em 2010, um juiz concluiu que Seronni havia roubado ilegalmente 25 vacas de outro fazendeiro. O caso foi resolvido fora do tribunal seis anos depois.<sup>38</sup> Em outro incidente, em 2012, um trabalhador de Seronni foi encontrado morto em uma de suas fazendas. Num depoimento em juízo visto pela Global Witness, uma testemunha afirmou que o trabalhador pode ter morrido enquanto cortava uma árvore que caiu sobre ele. Ele não dispunha de equipamento de proteção para fazer o trabalho com segurança, disse a testemunha.<sup>39</sup> Os Seronni indenizaram a família do trabalhador para resolver o caso.<sup>40</sup>

Mas os abusos continuaram. Outras análises feitas pela Global Witness com base na lei de acesso à informação revelaram que, em 2018, três trabalhadores foram resgatados pelo Ministério do Trabalho de outra fazenda dos Seronni no Pará, a Fazenda Santa Maria da Boca do Monte. Um trabalhador disse que era forçado a dormir com os animais da fazenda. Outro disse que ele e os colegas trabalhavam em turnos de 15 horas, muitas vezes não recebiam salário, eram cobrados por dívidas não especificadas e manuseavam produtos químicos tóxicos sem qualquer equipamento de proteção.

Eles também foram indenizados por terem sofrido severas privações,<sup>41</sup> atribuídas pelos fiscais a Sergio Luiz Xavier e Sergio Seronni.<sup>42</sup> Em dezembro de 2020, a fazenda permanecia na lista do Ministério do Trabalho, mas apenas no nome do filho.<sup>43</sup>

Em janeiro de 2021, o Ministério do Trabalho realizou outra fiscalização na Fazenda Terra Roxa, constatando mais uma vez o uso de trabalho em condições análogas à escravidão. Jornalistas investigativos do Repórter Brasil descreveram como homens da fazenda de Seronni teriam atirado nos trabalhadores e queimado seus pertences depois que eles reclamaram do tratamento recebido.<sup>44</sup>

Um dos trabalhadores disse ao Repórter Brasil: “Olha o lugar que a gente está aqui, com esse córrego, só bosta que desce da represa. A dificuldade sempre está aqui com a gente...”<sup>45</sup>





Imagem do curral onde um dos trabalhadores teria dormido com a criação, tirada por fiscais do Ministério do Trabalho. De pedidos de liberdade de acesso à informação ao Ministério do Trabalho do Brasil

## ‘Um problema generalizado’

O caso foi levado à Justiça pelo Ministério Público do Trabalho, e um juiz observou que a lei brasileira recomenda a desapropriação da propriedade em situações desse tipo.<sup>46</sup> Os pecuaristas foram multados em quase US\$ 260.000 por violar as leis trabalhistas.<sup>47</sup> Em entrevista ao Repórter Brasil, um procurador disse: “Há um movimento de apagar esse passado de impunidade, isso me dá esperança na responsabilização do Sérgio Seronni e do filho”.

O processo está em andamento enquanto os promotores tentam confiscar a fazenda da família. Os Seronni negam as acusações e já recorreram diversas vezes.<sup>48</sup>

Desde 1995, mais de 17.000 trabalhadores em todo o país foram resgatados de condições análogas à escravidão, segundo o Repórter Brasil. Especula-se que pode haver muitos outros casos, já que as fiscalizações foram duramente atingidas por cortes orçamentários durante o governo Bolsonaro.<sup>49</sup>

A Global Witness também revela agora novas evidências de grilagem perpetrada pelos Seronni no passado e atualmente. A JBS novamente foi incapaz de remover essas fazendas de sua cadeia de abastecimento, mais uma vez descumprindo seus acordos de não desmatamento voluntários e legalmente vinculantes.

## Grilagem

O nome “grilagem” deriva de uma antiga prática em que os grileiros forjavam títulos de terra e os deixavam em gavetas ou caixas com grilos. As mordidas e excrementos dos insetos deixariam os documentos com aparência de antigos.<sup>50</sup> Hoje, o termo é comumente usado para descrever a ocupação ilegal de terras públicas.<sup>51</sup> A ONG brasileira IPAM afirma que a grilagem de terras foi responsável por 2,6 milhões de hectares de desmatamento na Amazônia – uma área maior que a da Turquia.<sup>52</sup> O Imazon, outra ONG, informa que, desde 2017, a revisão da leis fundiárias feita pelo governo facilitou a disseminação dessa prática, aumentando o desmatamento na Amazônia.<sup>53</sup>

Os grileiros ficaram tão animados que uma investigação da BBC descobriu que eles estavam vendendo abertamente lotes ilegais da floresta amazônica no Facebook – inclusive em áreas indígenas e protegidas.<sup>54</sup> No ano passado, a Global Witness relatou como uma competição violenta entre grileiros na área indígena de Apyterewa, no Pará, levou a desmatamento ilegal, violência e prisão de pecuaristas suspeitos de assassinato.<sup>55</sup> Isso provavelmente foi inflamado pela retórica de Bolsonaro e seu não reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Os grileiros que atuam na terra indígena Apyterewa disseram a jornalistas brasileiros que os preços dos terrenos no mercado negro local triplicaram após a eleição de Bolsonaro. A JBS e

sua concorrente Marfrig – financiadas por bancos como Santander, BNP Paribas e ING – compraram gado de pecuaristas ligados ao conflito.<sup>56</sup>

Novas evidências descobertas pela Global Witness sobre o caso Seronni ilustram o contínuo fracasso da JBS em monitorar o problema da grilagem de terras.

Sergio Xavier Seronni reivindica a propriedade dos 13.555 hectares da Fazenda Aparecida, no município paraense de Santana do Araguaia. Seronni enviou 7.239 cabeças de gado desta propriedade para duas fazendas de propriedade sua e de seu filho: Fazenda Boca do Monte e Fazenda Terra Roxa.<sup>57</sup> Essas fazendas, por sua vez, enviaram gado à JBS tanto em 2020 quanto em 2021.<sup>58</sup> A JBS deve monitorar todas essas três fazendas para garantir o cumprimento de suas obrigações referentes ao desmatamento e à grilagem de terras junto ao Ministério Público Federal.<sup>59</sup>

No Pará, todos os proprietários rurais devem cadastrar suas propriedades em um banco de dados eletrônico chamado Cadastro Ambiental Rural<sup>60</sup> (CAR), com informações detalhadas sobre o proprietário, os limites e a cobertura florestal.<sup>61</sup> Os proprietários<sup>62</sup> podem enfrentar sanções criminais ou civis por qualquer informação falsa ou parcial que declarem no CAR.<sup>63</sup> A Global Witness teve acesso aos títulos de propriedade das fazendas de Sergio Xavier Seronni registrados nos cartórios municipais.<sup>64</sup> Estes mostram que, em 2010, uma gleba a oeste da Fazenda Aparecida reivindicada pelos Seronni no CAR foi confiscada depois que um processo judicial determinou que aquelas terras haviam sido griladas.<sup>65</sup> No entanto, 12

anos depois, essa área ainda é declarada pelos Seronni no CAR como se pertencesse a eles. A Global Witness mostrou essas evidências a dois juristas brasileiros especializados em questões fundiárias, e ambos disseram que aparentemente a alegação dos Seronni de serem os proprietários da terra no CAR é fraudulenta.<sup>66</sup>

Ademais, a lei brasileira proíbe a sobreposição de propriedades privadas a florestas estaduais sem licença. Essas florestas só podem ser acessadas pelos pecuaristas depois da destinação de uso definida pelo estado e somente por meio de concessões temporárias. Qualquer desmatamento é proibido.<sup>67</sup> No entanto, a gleba a oeste da propriedade no CAR se sobrepõe a uma floresta pertencente ao Pará<sup>68</sup> e ainda sem destinação de uso.<sup>69</sup> Dados de satélite do governo brasileiro também mostram que 13 hectares de floresta foram desmatados ilegalmente em 2012 dentro da área grilada dois anos após o confisco judicial por grilagem.<sup>70</sup> Os advogados consultados pela Global Witness informaram que isso também é ilegal.

A Global Witness também avistou em imagens de satélite o que parecia ser gado pastando perto de uma nascente de água na área grilada.

Grupos ambientalistas alertam há anos que fazendeiros manipulam o registro do CAR para declarar fraudulentamente a propriedade de terras irregulares.<sup>71</sup> Também alegam que novos projetos de lei propostos pelo governo Bolsonaro – PL 510/2021 e PL 2.633/2020 – legalizariam as ações de fazendeiros como os Seronni, concedendo a eles títulos de terras em florestas estaduais



Apresentemente, havia gado pastando perto de uma nascente em área da Fazenda Aparecida declarada como terra de grilagem pelos tribunais e erroneamente reivindicada pelos Seronni no CAR. Crédito: Maxar Technologies



ocupadas ilegalmente.<sup>72</sup> Os projetos de lei propostos são chamados no Brasil de “PL da grilagem”.

Os compromissos legais<sup>73</sup> e voluntários<sup>74</sup> feitos pela JBS em 2009 também pressupõem a remoção de pecuaristas acusados de grilagem, como os Seronni, de sua cadeia produtiva. No entanto, as duas últimas auditorias publicadas pelo Ministério Público Federal no Pará sobre o cumprimento dessa promessa pela JBS não consideraram esses casos.<sup>75</sup> Tampouco há planos para que tais verificações ocorram em auditorias futuras.<sup>76</sup> Ou seja, não há como saber se a JBS está cumprindo seus acordos legais sobre essa questão.

Além disso, aparentemente os pecuaristas também usaram truques para ‘lavar’ o gado criado em propriedades com terras griladas e desmatadas – apresentando-o como gado criado legalmente.

## A lavagem de gado

A Fazenda Boca do Monte, de 898 hectares, é retratada como um quadrado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Pará. Cerca de 85% da propriedade ainda está coberto de floresta, com 120 hectares desmatados no canto noroeste.<sup>77</sup>

Esta fazenda recebeu gado da Fazenda Aparecida, que teve uma porção determinada pela Justiça como terra de grilagem. Em seguida, vendeu gado diretamente para a JBS em 2020 e 2021.<sup>78</sup> Por esse processo, o

gado de propriedades “suja” é “lavado” em fazendas aparentemente “limpas” envolvidas na cadeia de abastecimento da gigante da carne bovina. Ainda na Fazenda Boca do Monte, há indícios de lavagem de gado que mostram que a fazenda está longe de ser “limpa”.

## Sinais e indicadores

Conforme protocolo endossado pelo Ministério Público Federal no Pará e pactuado pela JBS,<sup>79</sup> frigoríficos estão legalmente proibidos de comprar gado de fazendas em que a produção anual exceda uma média de três reses por hectare. O protocolo estipula que esse é o limite máximo de animais que podem ser engordados de forma viável em um lote de terra na Amazônia, mesmo com ração, solo e capim de qualidade.<sup>80</sup> Uma produtividade maior que isso sugere que o gado está sendo criado em outros lugares. No entanto, a Global Witness descobriu que, em 2020, a Boca do Monte enviou aos abatedouros da JBS no Pará<sup>81</sup> 1.298 cabeças de gado provenientes de apenas 120 hectares de pastagem – uma média de quase 11 animais por hectare. Em 2021, recebeu 828 cabeças de gado da mesma fazenda, uma média de quase 7 animais por hectare e mais que o dobro da quantidade permitida.<sup>82</sup> Além disso, nenhuma infraestrutura de confinamento – identificável por cercas e telhados e usada por pecuaristas de alta produtividade para pesar os animais e fornecer ração extra – é visível nas imagens de satélite da fazenda.<sup>83</sup> O protocolo determina que as empresas de carne bovina verifiquem se essa infraestrutura está disponível na hora de comprar gado de



Imagem da Fazenda Boca do Monte no Cadastro Ambiental Rural (Cadastro Ambiental Rural - CAR).





Imagens de satélite da Fazenda Boca do Monte. Crédito: Maxar Technologies

fazendas que produzem mais de três reses por hectare.<sup>84</sup> Portanto, de acordo com seus compromissos legais, a JBS não deveria ter comprado dessa fazenda.

Além disso, um estudo sobre a qualidade do solo na região, feito entre 2018 e 2020 pela Universidade Federal de Goiás, revelou que mais de 14% da pastagem continha solo degradado, sugerindo que a qualidade do capim estaria abaixo do necessário para uma taxa de produtividade tão alta.<sup>85</sup> Considerando a quantidade total de gado que saiu da fazenda em 2020, e não apenas a quantidade enviada à JBS, a produtividade aumenta ainda mais, para quase 14 cabeças por hectare.<sup>86</sup> Tudo isso torna inconcebível o número de animais declarados como engordados legalmente nesta fazenda.

Assim, os Seronni se envolveram com trabalho escravo, desmatamento ilegal, grilagem de terras e lavagem de gado, em um padrão de violação da lei e comportamento criminoso que já dura vinte anos. Não obstante, a JBS não eliminou esses pecuaristas de sua cadeia de abastecimento e comprou gado da família em diversas ocasiões, desde, pelo menos, 2014, contrariando suas obrigações legais de não desmatamento.<sup>87</sup>

Essas alegações foram apresentadas a Sergio Luiz Xavier Seronni e seu filho por meio de seu advogado, mas eles não responderam, apesar de nossos pedidos.

## Trocando de lugar

Quando a Global Witness apresentou as alegações de trabalho escravo à JBS, em abril de 2021, a empresa disse que havia bloqueado todas as fazendas dos Seronni, afirmando que mantém uma política de tolerância zero sempre que há confirmação de trabalho forçado. A empresa acrescentou que já havia bloqueado fazendas registradas em nome de Sergio Seronni, que estava na lista de trabalho escravo do Ministério do Trabalho.

A JBS disse que Sergio Seronni usou o CPF de seu pai, Sergio Luiz Xavier Seronni, e o CNPJ de uma empresa de propriedade de ambos que não estava na lista de trabalho escravo, para se esquivar do sistema de monitoramento de fornecedores.

“Quando tomou conhecimento desse fato, a JBS também bloqueou Sergio Luiz Xavier Seronni e sua empresa, embora seu CPF e CNPJ não constassem da lista negra”, disse um porta-voz no ano passado.

A Global Witness analisou as respectivas guias de trânsito animal e confirmou que os nomes e CPF de Sergio Luiz e seu filho não foram mais usados para enviar gado para a empresa após aquele mês. Ainda assim, outros Seronni começaram a aparecer com mais frequência na documentação do gado comprado pela JBS. Entre abril e

agosto de 2021, Maria Aparecida Xavier Seronni, Sirlane Honorato Seronni e Gustavo Seronni aparecem com mais frequência. O trio enviou um total de 426 reses para a JBS a partir das mesmas fazendas de propriedade de pai e filho envolvidas em lavagem de gado e trabalho escravo e que a empresa alegou ter bloqueado: Fazendas Boca do Monte e Terra Roxa, respectivamente.<sup>88</sup> Uma das maiores empresas de carne bovina do mundo mais uma vez acabou comprando gado de fazendas que não cumprem suas obrigações legais, apesar dos avisos.

Quando isso foi apresentado à JBS, a empresa disse que os Seronni estavam “usando vários membros da família para continuar vendendo para a JBS”.

“Em linha com essas novas informações, a empresa bloqueou Sirlane Honorato Seronni, Gustavo Seronni e várias outras possíveis conexões com eles. Vários CPFs e fazendas também foram bloqueados preventivamente até que possamos confirmar se estão ou não vinculados à família Seronni”.

A empresa acrescentou: “Não toleramos esse comportamento e bloqueamos preventivamente quem age de má fé assim que essas informações são disponibilizadas. Infelizmente, esse episódio mostrou que mesmo quando há uma propriedade e um produtor aptos a fornecer de acordo com os termos dos protocolos e políticas já utilizados pela JBS e outras empresas do setor, alguns fornecedores podem estar burlando deliberadamente os critérios socioambientais e o sistema de monitoramento da JBS”.

A declaração continua: “Para apurar este e outros casos, a JBS estabelecerá um Comitê de Auditoria de Fornecedores para verificar os fatos e orientar a decisão da empresa. Durante a investigação, o produtor permanecerá preventivamente bloqueado para novas compras e terá a oportunidade de apresentar suas explicações”.

O estudo do caso Seronni ilustra a negligência da JBS ao continuar comprando gado de 144 fazendas que a Global Witness averiguou conterem desmatamento ilegal na Amazônia. E essas compras são apenas a ponta do iceberg em comparação com as centenas de fazendas que deveriam estar sendo monitoradas a montante da cadeia de abastecimento – os chamados fornecedores indiretos. Uma nova análise da Global Witness revela que em 2020, somente no Pará, 470 dessas fazendas continham cerca

de 40.000 campos de futebol de desmatamento ilegal. Mais uma vez, isso viola o acordo da empresa com o Ministério Público.<sup>89</sup>

Pior ainda, 1.600 fornecedores indiretos da JBS continham cerca de 57.000 campos de futebol desmatados, legalmente ou não.<sup>90</sup> A JBS se comprometeu a monitorar seus fornecedores indiretos na Amazônia desde 2009, mas agora disse que só o fará totalmente até 2025 – e apenas para casos de desmatamento ilegal.<sup>91</sup> A análise da Global Witness também se limita a apenas um estado da Amazônia, entre os muitos em que a JBS atua. Ninguém sabe quantos casos como os dos Seronni estão escapando de seus controles em outros ecossistemas como Cerrado, Pantanal, Caatinga e Mata Atlântica.

A JBS respondeu dizendo que reconheceu as compras de gado de 143 das fazendas mencionadas. Acrescentou que 96 desses fornecedores solicitaram a adesão a um programa implementado pelo estado do Pará para garantir o cumprimento da legislação ambiental. A empresa disse ainda que outras 41 fazendas tinham áreas de desmatamento menores que 6,25 hectares e que, portanto, poderiam ser fornecedoras da JBS de acordo com seus compromissos. Acrescentou que em seis casos o desmatamento nessas fazendas foi encontrado em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, mas que esses dados não haviam sido usados pela empresa para monitorar a situação dos fornecedores.

Sobre fornecedores indiretos, a empresa informou que em 2021 criou um sistema para monitorar os “fornecedores de seus fornecedores, sempre respeitando o sigilo dos dados exigido pela legislação brasileira. Por isso, a implementação dessa ferramenta requer o engajamento dos produtores, que precisam cadastrar voluntariamente suas informações”, disse a JBS. A empresa afirmou que até 2025 toda a sua cadeia de abastecimento estará nesta plataforma e que “uma parte essencial desta estratégia é a implementação de 15 green offices que visam auxiliar os produtores em ações ambientais críticas no nível das fazendas, para que possam produzir preservando o bioma. Qualquer fornecedor não cadastrado até lá não poderá mais fornecer para a JBS”.

Apesar dessa série de problemas, grandes empresas globais de alimentos e finanças continuam fazendo negócios com a JBS.

# Audidores, financiadores, importadores e supermercados

## Audidores – falhas em excesso

**Como dito acima, em dezembro de 2020 a Global Witness revelou que, entre 2017 e 2019, a JBS havia comprado gado de 327 fazendas que não cumpriram suas obrigações de não desmatamento. (Ela negou essas acusações.) Desde então, os promotores realizaram uma auditoria oficial das compras de gado da JBS no Pará entre 2018 e meados de 2019, que foi publicada em outubro do ano passado. A auditoria constatou que 43,69% das compras auditadas da empresa não estavam em conformidade com suas obrigações legais, embora a JBS tenha contestado 11,70% dos casos, argumentando que as compras foram justificadas. Foi o pior desempenho entre as empresas auditadas em relação a desmatamento. Isso confirma as conclusões do nosso relatório anterior justamente no momento em que o desmatamento da Amazônia está em seu nível mais alto desde 2006.**

Como resultado dessas falhas, a JBS concordou com o Ministério Público em pagar quase US\$ 1 milhão ao estado do Pará. Esse dinheiro deveria ser gasto para melhorar a conformidade dos fazendeiros locais com o código florestal brasileiro. O novo acordo obrigou a JBS a adotar controles mais rígidos, refletindo as recomendações do nosso relatório. O Ministério Público também anunciou uma investigação sobre as compras de gado da JBS de uma das fazendas apresentadas em nossa denúncia.

O Ministério Público abriu uma investigação com base em denúncia anônima. O denunciante afirmou que “A JBS é uma empresa que investe muito dinheiro em marketing para encobrir os crimes que vem praticando a qualquer custo, sem respeito por absolutamente nenhuma autoridade, inclusive o Ministério Público Federal...”. Afirmou ainda que, mesmo depois da assinatura do acordo com o órgão fiscalizador mais importante do país, “a empresa continua promovendo a concorrência desleal, e ainda, o mais grave: compactuando e alimentando os prejuízos causados pelo desmatamento da Amazônia e estimulando o comércio ilegal de animais”.

Essa crítica devastadora deve servir de alerta a qualquer empresa que negocie com a JBS.

A Global Witness também expôs que falhas nas auditorias dos compromissos voluntários de não desmatamento da

JBS feitas pela auditora norueguesa DNV-GL entre 2016 e 2019 ocultaram a verdadeira exposição da empresa ao desmatamento da Amazônia. A JBS usou essas auditorias para exibir credenciais supostamente ecológicas para seus investidores e financiadores<sup>92</sup> – embora tenha negado a alegação. A DNV disse à época que deixou de auditar a JBS e alegou que limitações nas metodologias das auditorias podem ter sido responsáveis pelas discrepâncias encontradas pela Global Witness.

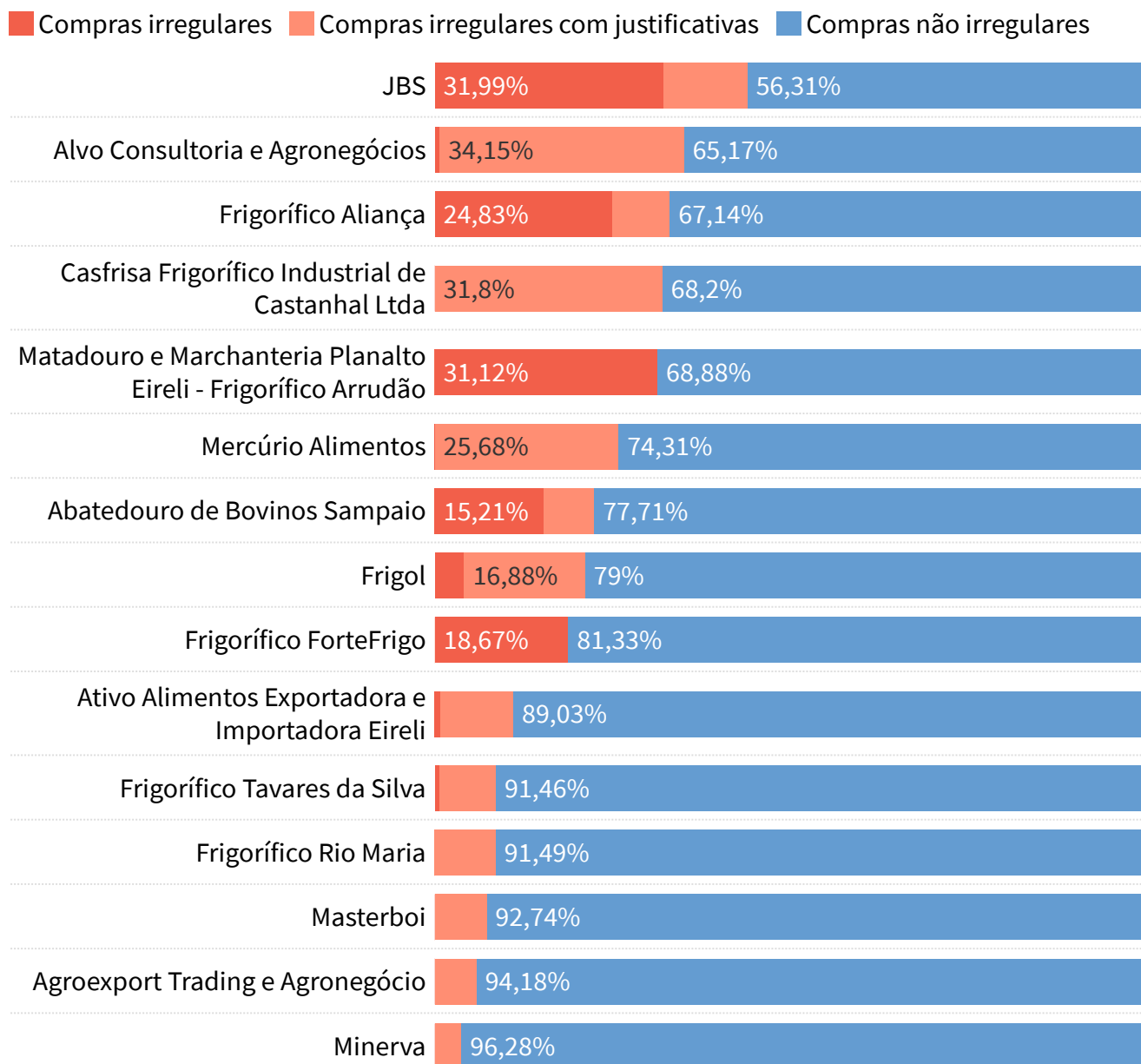
A Grant Thornton,<sup>93</sup> gigante norte-americana do setor de auditoria e também criticada em nosso relatório anterior, assumiu então a auditoria dos compromissos voluntários da JBS. Em agosto de 2020, publicou os resultados da auditoria desses compromissos voluntários para 2019 e constatou que, com relação a seus fornecedores diretos, “não temos conhecimento de nada que nos leve a crer que os procedimentos adotados pela Companhia no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro não tenham atendido, em todos os aspectos relevantes, aos critérios”<sup>94</sup>. Isso tudo apesar de nosso relatório de dezembro de 2020, *Carne Bovina, Bancos e a Amazônia Brasileira*, que revelou que pelo menos 117 fazendas das quais a JBS comprou gado no Pará em 2019 continham mais de 4.600 campos de futebol desmatados. Em resposta a essas alegações, a JBS insistiu que suas compras estavam em conformidade.

A empresa de carne bovina continua usando uma metodologia insuficiente para essas auditorias. A Grant Thornton observou que, na auditoria de 2019, verificou apenas “uma amostra aleatória, equivalente a 10% do total de compras [de gado]” de cada um dos frigoríficos da JBS na Amazônia. Ou seja, fazendas não conformes podem ter escapado facilmente do processo. Todas as auditorias do acordo voluntário da empresa até 2015 usaram o mesmo percentual amostral.<sup>95</sup> A Grant Thornton justificou sua amostragem citando diretrizes de auditoria publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC)<sup>96</sup>, órgão regulamentado pelo governo que supervisiona a implementação de normas contábeis.<sup>97</sup> No entanto, as normas de auditoria do CFC indicam os perigos da amostragem e afirmam que é preciso levar em conta os riscos de “não serem identificadas distorções relevantes, quando, na verdade, elas existem”<sup>98</sup>. Em 2020, a Global Witness e outras ONGs expuseram muitos casos de não conformidade que escaparam à atenção da auditoria, provavelmente porque estavam entre os 90% dos casos não avaliados. Houve ampla repercussão na mídia.<sup>99</sup> Apesar disso, a Grant Thornton não aumentou



## Auditoria federal constatou que 43,69% das compras de gado da JBS no Pará foram "irregulares"

A auditoria avaliou se as compras de gado dos frigoríficos estavam em conformidade com os acordos legais de não desmatamento que haviam feito com os promotores federais.



A auditoria considerou o período de janeiro de 2018 a junho de 2019, e foi realizada em 2020.

Fonte: Auditoria do Ministério Público Federal 2021

o tamanho da amostra nas auditorias subsequentes da JBS. No ano passado, foi feita outra auditoria referente ao ano de 2020, desta vez pela empresa de auditoria global Control Union. Novamente, foi usada a mesma amostra inadequada e não foram encontrados problemas no cumprimento do acordo voluntário de não desmatamento da JBS.<sup>100</sup>

Solicitada a responder, a Grant Thornton disse que seu relatório “mostra detalhadamente as limitações que tivemos na coleta das informações necessárias para chegar a uma conclusão sobre a conformidade da JBS SA, e nosso relatório está devidamente qualificado como resultado dessas limitações”.

Apesar do questionamento da Global Witness, os auditores não abordaram a questão do tamanho inadequado da amostra.

A Control Union disse que todas as auditorias anteriores usaram o mesmo protocolo que foi acordado com o Greenpeace e que não “se desvia do serviço contratado”. Questionada se deveria ter aumentado sua amostra de auditoria diante das várias denúncias de falhas, feitas inclusive pelo Greenpeace, a empresa não respondeu.

Pode-se pensar que tudo isso seria suficiente para desencorajar bancos responsáveis de fazer negócios com a empresa. Contudo, nenhum dos problemas acima foi capaz de dissuadir os financiadores da JBS.

## Financiadores – nada mudou

“Prezamos a sustentabilidade e somos apaixonados por deixar as coisas melhores do que as encontramos.” (Barclays)<sup>101</sup>

“A JBS USA anuncia a emissão bem-sucedida de títulos vinculados à sustentabilidade [usando o Barclays como subscritor]” (GlobeNewswire)<sup>102</sup>

A JBS não poderia operar sem o apoio do setor financeiro internacional. Em 2019, a Global Witness **revelou** que financiadores do Reino Unido, UE e EUA destinaram quase US\$ 2,5 bilhões para a JBS entre 2013 e 2019. Isso foi feito apesar das repetidas denúncias da sociedade civil e da mídia sobre as ligações da empresa com o desmatamento.<sup>103</sup> Esses financiadores incluem empresas como Deutsche Bank, Santander, HSBC, Barclays, JP Morgan e BlackRock. Em seguida, em 2020, a Global Witness **revelou** que a JBS não conseguiu impedir que gado de fazendas com mais de 20 mil campos de futebol de desmatamento ilegal entrasse em suas cadeias de abastecimento, o que foi negado pela empresa. Ao mesmo tempo, recebia centenas de milhões de dólares de financiadores que também alegam ter políticas voluntárias de não desmatamento.<sup>104</sup> Em resposta, a BlackRock alegou que havia trabalhado com a empresa para buscar um melhor cumprimento de seus compromissos. O Barclays disse que não poderia comentar por “razões de confidencialidade”, enquanto o Santander confirmou que trabalhou com a empresa, mas que se fosse constatada alguma ilegalidade, poderia exigir o reembolso de seus investimentos. O Deutsche Bank alegou que seus investimentos eram em nome de terceiros, mas não respondeu às evidências de dois empréstimos que concedeu a uma subsidiária americana da JBS no valor de US\$ 2,8 bilhões e com vencimento em 2022 e 2023.<sup>105</sup>

Apesar dessa série de desculpas, a Global Witness pode afirmar que, entre setembro e outubro do ano passado, empresas de investimento controladas por Deutsche Bank, HSBC, Santander, BlackRock e JP Morgan *ainda* detinham ações da JBS no valor de mais de US\$ 293 milhões.<sup>106</sup> Enquanto isso, em março de 2021, o Barclays facilitou a venda de títulos para uma subsidiária americana da gigante da carne bovina no valor de quase US\$ 1 bilhão.<sup>107</sup> Em outubro de 2021, a Global Witness revelou como o Barclays financiou empresas ligadas ao desmatamento em todo o mundo, no valor de US\$ 3,66 bilhões.<sup>108</sup> Mais uma vez, as políticas voluntárias se mostram ineficazes para mudar o comportamento dos investidores. Já faz três anos que os bancos e gestores de ativos que apoiam a JBS dizem uma coisa e fazem outra. Outros financiadores menos conhecidos da JBS parecem não ter nenhuma política para lidar com sua exposição ao desmatamento. Juntas, **Vanguard Group**, **Fidelity Management** e **Dimensional Fund Advisors**, por exemplo, através de empresas de investimento registradas nos EUA e no Reino Unido, são detentoras de US\$ 540 milhões em ações da JBS. Esse histórico mostra que apenas uma maior regulamentação de centros financeiros globais como Reino Unido, UE e EUA, exigindo que seus bancos evitem negociar com empresas ligadas ao desmatamento, seria capaz de reduzir sua cumplicidade no desmatamento das florestas tropicais.

Questionado se as novas alegações da Global Witness contra a JBS afetariam seu contínuo relacionamento financeiro com a empresa, o HSBC disse que sua área de gestão de ativos possuía ações da gigante da carne bovina em nome de terceiros. O banco disse que não teve influência na decisão de investir na JBS. Acrescentou que, nesses casos, trabalha com empresas e investidores para identificar “qualquer preocupação” sobre questões como o desmatamento.

O Barclays simplesmente repetiu sua resposta à investigação anterior da Global Witness, dizendo que estava comprometido em ajudar seus “clientes corporativos a alcançar desmatamento líquido zero”. O JP Morgan se recusou a comentar, assim como em investigações anteriores da Global Witness. O Santander disse que está trabalhando proativamente com seus clientes de processamento de carne bovina para acabar com o desmatamento, exigindo que eles tenham uma cadeia de abastecimento “totalmente rastreável e livre de desmatamento até 2025 como pré-requisito para a concessão de crédito”. O banco disse que esta é a norma de crédito “mais ambiciosa de qualquer banco da região” e que pode exigir o “reembolso antecipado do financiamento nos casos em que se verifique alguma ilegalidade”. Quando questionamos se o Santander achava que o descumprimento da JBS de suas

## Principais investidores do Reino Unido, UE e EUA na JBS para 2021<sup>109</sup>

| Acionistas  | ▼ Valor das ações em dólares |
|---|------------------------------|
| Fidelity Management   | 253.590.355                  |
| Grupo Blackrock   | 241.890.000                  |
| Grupo Vanguard  | 202.362.029                  |
| Grupo Dimensional Fund Advisors   | 84.940.000                   |
| Grupo Santander   | 36.750.000                   |
| Grupo Deutsche Bank<br>através da participação majoritária do Grupo DWS | 10.310.000                   |
| Grupo HSBC  | 3.590.000                    |
| Grupo BNP Paribas   | 2.222.095                    |
| JP Morgan   | 623.946                      |

Fonte: Refinitiv Eikon

obrigações legais de não desmatamento era uma ilegalidade comprovada, o banco respondeu que “não poderia comentar sobre as ações dos clientes com terceiros”.

A BlackRock se referiu ao seu histórico de votação na assembleia geral da JBS, em que teria criticado a fraca fiscalização dos processos de gestão de risco da empresa, incluindo seu desempenho de sustentabilidade. A Fidelity Management respondeu agradecendo a Global Witness pela pergunta e afirmando que era importante “entender diferentes preocupações e pontos de vista e agradecemos o seu tempo de compartilhar suas ideias sobre este assunto”. Quando pressionada a dar uma resposta mais concreta, não respondeu. O BNP Paribas declarou que atualizou sua política para o setor agrícola em abril de 2021 e que “não financia clientes que produzem ou compram carne bovina e soja de áreas desmatadas ou convertidas após 2008”. Ao ser informado de que, em outubro de 2021, o Ministério Público considerou que a JBS estava fazendo exatamente o que a política atualizada do BNP dizia não financiar, o banco permaneceu em silêncio. Vanguard Group, Dimensional Fund Advisors e Deutsche Bank não fizeram comentários, apesar de nossos diversos pedidos.

## Importadores

O Grupo Mastrotto, com sede na Itália, é um grande produtor mundial de couro para os setores de estofamento, marroquinaria, calçados, vestuário, aviação, embarcações e veículos. Possui um faturamento anual de 400 milhões de euros<sup>110</sup> e **fornece** para o Grupo Volkswagen, proprietário de Audi, Porsche, Bentley, Lamborghini, Skoda, Seat e Bugatti.<sup>111</sup> Alguns dos outros clientes do setor automotivo informados pela Mastrotto incluem a Toyota. A Ikea também foi identificada como **cliente**<sup>112</sup> regular **da Mastrotto**.<sup>113</sup> Ela também possui subsidiárias que compram couro no Brasil.<sup>114</sup>

A empresa italiana é membro do Leather Working Group (LWG), que afirma que seus associados adotam as melhores práticas ambientais em todas as suas cadeias de abastecimento.<sup>115</sup> O LWG manteve a classificação ‘Gold’ da Mastrotto por seu desempenho ambiental – apesar das críticas de um grupo ambientalista. No ano passado, a ONG Earthsight **revelou** que couro de Paraguai<sup>116</sup> pode ter entrado na cadeia de abastecimento da Mastrotto. Essa região da América do Sul contém uma **grande área de florestas**<sup>117</sup> - o Gran Chaco - e o desmatamento ali é generalizado. Por outro lado, uma auditoria dos procedimentos de rastreabilidade da empresa feita pela LWG chegou a uma classificação de 0%, o que mostra que não é possível garantir que o couro não seja proveniente do Gran Chaco.<sup>118</sup> Quando a Earthsight perguntou à Volkswagen se ela sabia de onde vinha o couro da Mastrotto, a montadora respondeu que “apenas solicita aos fornecedores uma confirmação por escrito de que o couro não venha da região amazônica”.<sup>119</sup>

A Global Witness agora revela também que, em 2019, a Mastrotto importou mais de 200.000 quilos de couro bovino wet blue do curtume da JBS no município paraense de Marabá.<sup>120</sup> O Ministério Público descobriu que os frigoríficos da JBS na região compraram centenas de milhares de cabeças gado de fazendas com desmatamento. Ao longo de 2020, a JBS também exportou couro desses mesmos frigoríficos para uma empresa italiana de sua propriedade, a Conceria Priante.<sup>121</sup> Como dito acima, a gigante da carne bovina comprou gado de pelo menos 327 fazendas que cometeram desmatamento ilegal naquele estado entre 2017 e 2019, algumas das quais ligadas também a graves abusos de direitos humanos.<sup>122</sup> Já o gado proveniente de fornecedores indiretos da JBS veio de fazendas com 98 mil hectares desmatados. O couro de qualquer um desses





## Crédito indevido

As agências de classificação de risco são fundamentais para garantir que empresas como a JBS recebam dinheiro de instituições financeiras. As empresas pagam a essas agências para avaliar sua capacidade de pagar suas dívidas e os investidores usam as classificações para decidir se devem ou não investir em uma empresa. Contudo, os analistas apontam que questões ambientais ainda não têm impacto direto nessas classificações, mesmo que as agências divulguem publicamente suas credenciais ecológicas.<sup>123</sup> Em 2020, a Global Witness revelou que as três agências que dominam o setor – S&P, Fitch e Moody’s – não consideraram as ligações da JBS com o desmatamento na hora de atualizar sua classificação. Isso ocorreu apesar de o desmatamento da Amazônia ter atingido seu nível máximo em doze anos e do surgimento de novos projetos de lei que limitam os mercados futuros para commodities provenientes de áreas desmatadas. A Moody’s disse que questões como desmatamento só são incorporadas a uma avaliação de risco se afetarem a capacidade da empresa de pagar sua dívida. A Fitch disse que o desmatamento teve um impacto significativo em sua avaliação de crédito da JBS, enquanto a S&P não respondeu à Global Witness.<sup>124</sup>

No entanto, longe de responsabilizar a JBS pelas múltiplas falhas documentadas pela Global Witness em 2020, em abril do ano passado a Moody’s elevou a classificação da empresa, novamente deixando de mencionar que ela é um dos motores do desmatamento na Amazônia.<sup>125</sup> O anúncio se refere à metodologia que a Moody’s adota para avaliar como os fatores ambientais podem afetar uma classificação de risco. A agência alega que as mudanças climáticas têm um impacto imediato limitado em suas classificações, já que seus efeitos são sentidos apenas “no longo prazo”.<sup>126</sup>

O Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC) descobriu que 23% de todas as emissões de gases de efeito estufa devido à atividade humana entre 2007 e 2016 vieram da agricultura, silvicultura e uso da terra.<sup>127</sup> No entanto, a metodologia da Moody’s não faz menção a nenhum relatório do IPCC nem ao plano de redução de emissões do Acordo Climático de Paris. Isso levanta dúvidas sobre quais informações são utilizadas para avaliar o impacto de questões ambientais nas classificações financeiras da JBS.<sup>128</sup> Em resposta, a Moody’s afirmou que sua “pesquisa reflete que o setor de

gado no Brasil tem ligações com o desmatamento” e que identificou “o gerenciamento dessa questão como um desafio importante para a JBS”.

A Fitch também elevou recentemente a classificação da empresa. Embora mencione as ligações da JBS com o desmatamento da Amazônia, a Fitch alegou que esse risco ambiental foi compensado pelo escopo global da empresa, de modo que sua pontuação reflete seu “forte perfil de negócios”.<sup>129</sup> Aparentemente, temos uma contradição com sua afirmação anterior de que questões ambientais têm um impacto significativo em sua classificação.<sup>130</sup> Quando a Global Witness apresentou essa contradição à Fitch, a agência respondeu que “classificações de crédito são opiniões prospectivas sobre a capacidade relativa de uma entidade de cumprir suas obrigações ou compromissos financeiros. Elas não abordam diretamente nenhum risco além do risco de crédito”.

A Fitch acrescentou que sua análise do desempenho de uma empresa em questões ambientais, sociais e de governança (ESG) “não é uma medida ou indicação de boas ou más práticas ESG por uma empresa. Ela informa os investidores sobre o impacto dos fatores ESG no crédito e nas determinações de classificação de risco”.

A S&P também elevou a classificação da JBS em outubro de 2020 e a ratificou em agosto do ano passado.<sup>131</sup> Em um comentário publicado em abril passado, no qual mencionou brevemente os compromissos de não desmatamento da JBS, a S&P afirmou que “ainda não está claro quando e se atestados (a JBS se comprometeu inicialmente a monitorar seus fornecedores indiretos até 2011) e tecnologias poderão deter o desmatamento da Amazônia”.<sup>132</sup> Contudo, essa falta de clareza não pareceu afetar a atualização da classificação de risco da empresa.

Em resposta, a S&P disse que incorpora “fatores ESG em sua análise de classificação de risco por meio da aplicação de critérios específicos do setor quando consideramos que são, ou podem ser, relevantes e materiais para nossas classificações”.

Tudo isso incentiva os investidores a destinar dinheiro barato para a JBS, mesmo que seus fornecedores destruam a Amazônia.

animais pode ter ido parar nos armazéns da Mastrotto. Considerando que a LWG afirma que a Mastrotto tem 0% de rastreabilidade em sua cadeia de abastecimento, a empresa italiana não tem como saber se seu couro advém ou não de atividades predatórias na Amazônia.

Em resposta, a Mastrotto declarou que as importações de couro da JBS representavam uma “quantidade insignificante” de sua produção anual, acrescentando que “após essa compra, o Gruppo Mastrotto Spa não comprou mais couro da JBS”. Quando perguntamos se suas operações no Brasil eram capazes de rastrear o couro até a fazenda de origem, a empresa afirmou que seria divulgado o resultado de uma nova auditoria do LWG, mas não comentou os resultados da auditoria anterior.

A Global Witness perguntou a Grupo Volkswagen, Toyota e Ikea se achavam aceitável fazer negócios com uma empresa com classificação de rastreabilidade de 0% para a origem de seu couro. A Volkswagen disse que sua “política de compras exclui o uso de material de couro da América do Sul ligado ao desmatamento ilegal”. A Toyota disse que espera que os fornecedores tenham “respeito pelos direitos humanos (incluindo a diversidade) e a devida consideração pelo meio ambiente”. A Ikea, por sua vez, disse que “exige que os fornecedores ofereçam rastreabilidade do couro para fazendas diretas que vão além dos requisitos de rastreabilidade do Leather Working Group (LWG)”.

Aparentemente, algumas marcas são mais exigentes que outras quando se trata da origem do couro.

## **Supermercados – uma regra para você, outra regra para mim**

A Mastrotto é apenas uma das muitas importadoras que comercializam produtos da JBS. Dados comerciais acessados pela Global Witness mostram que, somente em 2020, a JBS exportou quase 340 milhões de euros em produtos de carne bovina do Brasil para 160 empresas localizadas na Europa, sendo que o Reino Unido recebeu cerca de 30% desse total.<sup>133</sup> Todas essas empresas estão, portanto, implicadas no desmatamento e comprando produtos de uma empresa que falha em remover a grilagem de terras, a lavagem de gado e os abusos dos direitos humanos de suas cadeias de abastecimento. Projetos de lei no Reino Unido, UE e EUA podem tornar alguns desses produtos ilegais nesses mercados. No entanto, até que os detalhes sejam acordados e as leis entrem em vigor, o desmatamento associado às atividades JBS pode continuar.

Uma rápida olhada nos sites de supermercados britânicos como [Morrisons](#), [Sainsbury's](#), [Iceland](#) e [Asda](#), por exemplo, revela que em fevereiro de 2022 todas as quatro comercializaram carne enlatada proveniente das operações brasileiras da JBS.<sup>134</sup> Cada uma das latas tem o código ‘385’ do serviço de inspeção fitossanitária do Brasil, que aprova a exportação do produto. Esse código se refere a uma subsidiária da JBS localizada em Andradina, estado de São Paulo. Ao responder à investigação da Global Witness em 2020, a Morrisons disse ao The Times que deixaria de comprar sua marca própria de carne enlatada da JBS.<sup>135</sup> No entanto, a Morrisons ainda oferece outros produtos de carne enlatada originários da JBS, como a marca [Exeter](#).<sup>136</sup>

A Morrisons disse ainda que “não tem uma relação comercial direta com a JBS”.

“Esse produto foi adquirido como parte de nossa linha mundial de alimentos e comercializado em um número limitado de lojas”, disse o supermercado. “Com base nas informações fornecidas pela Global Witness, deixaremos de trabalhar com esse produto”.

A Sainsbury's disse que leva a sério “relatórios dessa natureza” e acrescentou que está investigando o assunto e está “comprometida com o fornecimento responsável”. Disse também que está “trabalhando em conjunto com todo o setor para combater o desmatamento em nossas cadeias de abastecimento e além, para que possamos fazer nossa parte na preservação dos ecossistemas essenciais na Amazônia e no Cerrado”.

Um porta-voz da Sainsbury's disse que a empresa tem um “forte histórico de envolvimento com essa questão” e que “conversaria com os fabricantes desses produtos sobre seus fornecedores”.

A Iceland confirmou que vende “carne enlatada Exeter”. Disse também que “as alegações em relação às operações gerais da JBS e sua cadeia de abastecimento devem ser tratadas pela JBS, não podemos abordar esses assuntos em nome de fabricantes”.

A marca especializada em alimentos congelados acrescentou: “O desmatamento ilegal é completamente inaceitável. Estamos colaborando ativamente por meio de iniciativas como o Manifesto da Soja do Reino Unido para combater o desmatamento. Esperamos que os fornecedores da Iceland respeitem nossos padrões e gerenciem ativamente os riscos para garantir a legalidade em toda a cadeia de abastecimento”.

A Targeter UK, proprietária da marca Exeter, e a Asda não responderam, apesar de muitos pedidos de comentários.

# Conclusão

Financiadores internacionais, importadores, supermercados, agências de classificação de risco e auditores continuaram a dar cobertura à maior empresa de carne bovina do mundo, apesar dos inúmeros problemas e alertas – alguns dos quais detalhados neste relatório. Juntos, esses atores formam uma rede de cumplicidade com o desmatamento que envolve desde a carne vendida no mercado da esquina até produtos de couro europeus.

Apesar de ser questionada com frequência, a JBS continua comprando gado de pecuaristas que desmataram a Amazônia. Essas falhas contradizem suas próprias obrigações legais e sua alardeada [declaração conjunta](#) feita durante a COP26 para combater a perda florestal associada à produção e ao comércio de commodities agrícolas. A lavagem de gado, a grilagem de terras e o trabalho escravo também escapam ao seu monitoramento, e pecuaristas como os Seronni seguem lucrando com seus crimes sem prestar contas a quase ninguém.

A empresa [se concedeu](#) mais três anos para resolver os problemas com seus fornecedores na Amazônia, embora já tenha feito essa promessa há mais de uma década. Enquanto isso, as auditorias que analisam a conformidade da JBS com seus acordos legais ainda não definiram como avaliar o envolvimento da empresa com grileiros, ao passo que as auditorias de seu compromisso voluntário de não desmatamento continuam utilizando amostras pequenas e insuficientes.

O desmatamento pode piorar à medida que o governo Bolsonaro tenta legalizar o roubo de terras em vastas extensões da Amazônia, o que permitiria que empresas como a JBS continuassem comprando de fazendeiros predatórios como os Seronni. É o pior cenário possível, que exige mais do que propostas voluntárias de devida diligência.

A Global Witness identificou financiamentos significativos oferecidos por bancos ocidentais a empresas como a JBS nos últimos três anos, o que vai contra as próprias políticas ambientais desses bancos. A força-tarefa criada pelo governo do Reino Unido para garantir que as empresas britânicas não estejam vinculadas ao desmatamento concluiu que as instituições financeiras precisam ser regulamentadas para interromper o fluxo de dinheiro que financia o desmatamento promovido pela cadeia de abastecimento de empresas como a JBS. No entanto, apesar das ambiciosas promessas feitas por líderes mundiais na COP26 para acabar e reverter o desmatamento até 2030, essas leis ainda não foram aprovadas em nenhum centro financeiro.

A JBS também não se envolveria com essas práticas se não houvesse compradores para seus produtos. Importadores de couro, como o Grupo Mastrotto, não fazem as perguntas necessárias nem verificações robustas o suficiente. Supermercados do Reino Unido, como o Asda, continuaram vendendo produtos de carne bovina originários da JBS, mesmo que condenem publicamente o desmatamento da Amazônia. Enquanto isso, a destruição da maior floresta tropical do mundo alcança seu nível máximo em 15 anos.

A legislação da UE e do Reino Unido poderia pressionar o mercado de commodities provenientes de terras desmatadas, e essa questão também está começando a ganhar força nos EUA. Este relatório – e outros dados bem conhecidos sobre o impacto global da pecuária – comprovam a necessidade de medidas urgentes.

Os atuais esforços de devida diligência estão aquém do que os consumidores esperam. Cada vez menos pessoas estão dispostas a comprar de empresas que não verificam adequadamente se seus produtos estão ligados à destruição da floresta tropical e a violações dos direitos humanos. Enquanto aguardamos a implementação dessa tão necessária legislação, a JBS, seus financiadores e clientes precisam demonstrar que desmatamento e pecuaristas como os Seronni não têm vez em seu modelo de negócios.



# Recomendações

## **Os governos de países cujas empresas importam ou financiam carne bovina e produtos derivados no Brasil devem:**

- > sancionar leis exigindo que as empresas, incluindo do setor financeiro, identifiquem, previnam, mitiguem e denunciem riscos de desmatamento e de direitos humanos relacionados às florestas
- > garantir leis e políticas para evitar a importação de produtos ligados ao desmatamento globalmente, com especial atenção ao gado bovino e seus derivados, incluindo couro e carne enlatada
- > garantir que financiamentos e negociações comerciais com o Brasil não aumentem a pressão sobre as florestas brasileiras ao incentivar o comércio de gado e produtos derivados ligados ao desmatamento

## **Os agentes financeiros, importadores e supermercados vinculados à JBS devem:**

- > suspender quaisquer serviços, financiamentos ou contratos com a JBS, ou produtos provenientes da JBS, até que seja demonstrado de forma transparente que a empresa está cumprindo integralmente seus acordos de não desmatamento
- > garantir que, sempre que seus negócios ou relacionamento com a JBS tenham causado, contribuído ou estejam diretamente ligados ao desmatamento e violações de direitos humanos, seja oferecida reparação às comunidades e ecossistemas afetados
- > adotar uma política de tolerância zero com relação a ameaças aos defensores do meio ambiente e dos direitos humanos
- > exortar as autoridades brasileiras a disponibilizar dados independentes e públicos sobre o rastreamento do ciclo de vida do gado, como guias de trânsito animal

## **As agências de classificação de crédito devem:**

- > suspender os serviços de classificação da JBS até que a empresa tenha resolvido os problemas de desmatamento, grilagem de terras, lavagem de gado e violações de direitos humanos em sua cadeia de abastecimento

## **A JBS deve:**

- > garantir dados completos, acessíveis e publicamente disponíveis sobre sua cadeia de abastecimento de modo a permitir o escrutínio independente, inclusive pela sociedade civil, de toda a cadeia e das medidas tomadas contra fornecedores não conformes
- > firmar voluntariamente acordos com o Ministério Público para monitorar suas compras de gado em todo o Brasil e realizar auditorias anuais independentes, a serem publicadas na íntegra e cobrindo 100% de suas compras de gado
- > verificar proativamente casos de grilagem e violações de direitos humanos em toda a sua cadeia de abastecimento
- > exigir que os fornecedores, no momento da compra, apresentem documentação completa de rastreamento do ciclo de vida do gado e dos proprietários ao longo de toda a cadeia, bem como provas de sua total conformidade com o Código Florestal brasileiro
- > fornecer reparação às comunidades afetadas por grilagem e disputas fundiárias em sua cadeia de abastecimento, reconhecendo que, ao comprar de fazendeiros envolvidos, a JBS se aliou a uma das partes na disputa e forneceu incentivo material para o prolongamento do conflito
- > comprometer-se imediatamente com uma política de notificação obrigatória exigindo que os funcionários, caso tomem conhecimento de qualquer suspeita de violação da lei ou dos direitos humanos por seus fornecedores, denunciem isso às autoridades competentes

## **As futuras auditorias do compromisso voluntário de não desmatamento da JBS devem:**

- > auditar anualmente 100% das compras de gado da empresa
- > garantir que as informações relevantes sobre todas as fazendas consideradas não conformes sejam publicadas
- > garantir que os comentários da empresa fornecidos aos auditores para esclarecer ou justificar as compras de fazendas não conformes sejam publicados na íntegra

### **O governo brasileiro deve:**

- > trabalhar para restabelecer sua credibilidade em questões de desmatamento e direitos indígenas, dada a escalada do desmatamento e das violações de direitos fundiários nos últimos anos
- > reverter os cortes orçamentários que prejudicam a aplicação do Código Florestal
- > garantir que os direitos das comunidades locais, incluindo indígenas, quilombolas e sem-terra, sejam fortalecidos, em vez de enfraquecidos
- > abandonar o pacote legislativo que legalizaria violações dos direitos indígenas e mais grilagem
- > assegurar a disponibilidade de dados independentes e públicos sobre o rastreamento do ciclo de vida do gado, como guias de trânsito animal
- > garantir que cada estado tenha um sistema de devida diligência, como o 'Selo Verde', que permite que os frigoríficos verifiquem imediatamente a conformidade de seus fornecedores com a lei ambiental brasileira

Veja a metodologia de nosso relatório [Carne Bovina, Bancos e a Amazônia Brasileira](#) para ver como chegamos ao número de fazendas que a JBS comprou ao contrário de seus acordos e o desmatamento ilegal nas mesmas, assim como imagens de todas as fazendas em questão.

# Notas Finais

- 1 IMAZON, Sob a Pata do Boi, ebook, Introdução, página 7, parágrafo 4 (criação de gado na Amazônia, atividade responsável por dois terços do desmatamento acumulado na região) <https://amazon.org.br/publicacoes/sob-a-pata-do-boi-como-a-amazonia-vira-pasto/>; Carlos Eduardo Pellegrino Cerri 1,\* [OrCID], Carlos Clemente Cerri 2,†, Stoécio Malta Ferreira Maia 3 [OrCID], Maurício Roberto Cherubin 1 [OrCID], Brigitte Josefine Feigl 2 and Rattan Lal 4 Reducing, Amazon Deforestation through Agricultural Intensification in the Cerrado for Advancing Food Security and Mitigating Climate Change, 2018, reference: “Cattle pastures represent the largest single use (about 70%) of cleared lands in the Amazon.” <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/4/989/htm>
- 2 Associação Brasileira de Reciclagem Animal, Cadeia Produtiva da Indústria de Rendering no Brasil, 18.183.000 milhões de cabeças de gado foram abatidas pela JBS, Marfrig e Minerva no Brasil, página 66, Tabela 2, 2018
- 3 Sainsbury's, Exeter Halal Corned Beef 340g | Sainsbury's (sainsburys.co.uk); Morrisons, Exeter Halal Corned Beef | Morrisons; carne enlatada Iceland, Exeter Corned Beef 340g | Tinned Meat & Pies | Iceland Foods; Asda, Exeter Halal Corned Beef - ASDA Groceries; sites agregados salvos também em PDF na nuvem caso os hyperlinks não funcionem: <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:b9f9fdbe-912c-3264-8535-3afe7deffa2>
- 4 Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Erradicação do Trabalho Escravo, Relatório de Fiscalização, Fazenda Terra Roxa, CUMARÚ DO NORTE / PA, Período: 31.05.2006 a 10.06.2006, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f0fed847-c702-40dc-a5f4-c94369152a2b>; E relatório sobre a Fazenda Santa Maria Boca do Monte, 2018, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:d1ca3c89-d5ef-445f-9b3c-e9e041dc52dc>
- 5 E relatório de fiscalização para 2021: mpt\_fazenda\_terra\_roxa.pdf (Review) - Adobe Document Cloud Panjiva, dados de exportação da JBS, <https://panjiva.com/>; cópia dos dados pode ser vista parcialmente aqui: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:dc79239-a928-4527-8aa6-a3971a1007c2>
- 6 Gruppo Mastrotto, Gruppo Mastrotto foi indicado como fornecedor FAST do Grupo Volkswagen, <https://www.mastrotto.com/premio-fast-supplier-di-volkswagen-a-gruppo-mastrotto/> E: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:bb5fe57b-58c9-4192-8b80-4b07cd853741>
- 7 Women's Wear Daily (WWD), Lineapelle Milan mostra efeitos de brilho e couro colorido, 2016, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:eb0d3a3d-4ada-41b6-bfce-af4cb9fba9d1> E: Issue 24 (lasra.co.nz) ou <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:c9500ee0-0d00-471b-8abb-8b322935b01c>
- 8 Yeslavoro.com, Mastrotto: couro desde 1958, 2018, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:73ddce9c-e33c-4ba5-a90e-983f5735987d> E <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:efba307c-7984-4261-a24a-2e2f4bc28780>
- 9 Global Witness, Beef, Banks and the Brazilian Amazon, dezembro de 2020, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f2fd1c1-e083-455b-9105-fa53627842ea>
- 10 Beef, Banks and the Brazilian Amazon, dezembro de 2020, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6e84bd04-dc84-47eb-8729-7e3459916bbd>
- 11 A metodologia usada pela Global Witness para chegar a essas estimativas pode ser vista em Beef, Banks and the Brazilian Amazon, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6e84bd04-dc84-47eb-8729-7e3459916bbd>, e os resultados de nossa fonte de dados podem ser vistos aqui: <https://observablehq.com/@globalwitness/para-beef-deforestation>
- 12 JBS, Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal no Pará, 2009, [tac\\_jbs.pdf](https://www.tac-jbs.pdf)
- 13 Beef, Banks and the Brazilian Amazon, dezembro de 2020, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6e84bd04-dc84-47eb-8729-7e3459916bbd>
- 14 Mongabay, Brazil guts agencies, 'sabotaging environmental protection' in Amazon: relatório, fevereiro de 2021 <https://news.mongabay.com/2021/02/brazil-guts-agencies-sabotaging-environmental-protection-in-amazon-report/>
- 15 Refinitiv Eikon, relatório de acionistas da JBS 2021, [https://1drv.ms/x/s!AuSRli60yCbpgV7qU6b13\\_IH4u9](https://1drv.ms/x/s!AuSRli60yCbpgV7qU6b13_IH4u9)
- 16 Global Witness, Beef, Banks and the Brazilian Amazon, dezembro de 2020, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6e84bd04-dc84-47eb-8729-7e3459916bbd>
- 17 Reino Unido: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/parliamentary-briefing-three-key-improvements-needed-uk-deforestation-law/>; UE: <https://www.globalwitness.org/en/blog/eu-needs-hold-financial-sector-account-if-it-end-its-complicity-global-deforestation/>; EUA: <https://eia-global.org/reports/20210303-tackling-global-deforestation-letter>;
- 18 Environmental Research Letters, Recent deforestation drove the spike in Amazonian fires, dezembro de 2020, Adrián Cardil1,2,3, Sergio de-Miguel1,2, Carlos A Silva4,5, Peter B Reich6,7, David Calkin8, Pedro H S Brancalion9, Alexander C Vibrans10, Javier G P Gamarra11, M Zhou12, Bryan C Pijanowski12; <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/abcac7> E <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2666049021000244> <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/abcac7/pdf>
- 19 Base de dados do Registro Aeronáutico Brasileiro - RAB - Agosto - 2017, base-internet-agosto-2017.xlsx
- 20 CNPJ Services, números de empresas que pertencem ou já pertenceram a Sergio Luiz Xavier Seronni, Seronni onwed companies and USD value.xlsx
- 21 Seronni onwed companies and USD value.xlsx
- 22 Digital Globe, <https://services.digitalglobe.com/myDigitalGlobe/login> (imagem de satélite Digital Globe da fazenda Fazenda Santa Maria Boca do Monte foi obtida usando as coordenadas geográficas no documento do rural (LAT: -9.66457 : LON: -50.6959), que foi baixado do cadastro ambiental link oficial do estado do Pará: <http://car.semas.pa.gov.br/#/consulta/mapa>. A fazenda está registrada em nome da MAXS ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, que, conforme vistoria realizada pelo Ministério do Trabalho na referida fazenda, pertence a Sergio Luiz Xavier Seronni e seu filho Sergio Seronni: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:296db348-8f1c-4558-b08b-2f316600294d>. Evidências adicionais de pai e filho como titulares da empresa podem ser encontradas aqui: <https://www.vercnpj.com/nome/maxs-administracao-de-bens-ltda>. Isso também é confirmado por dados de trânsito animal que a Global Witness acessou, que mostram que Sergio Seronni emite guias de trânsito animal a partir daquela fazenda: <https://1drv.ms/x/s!AuSRli60yCbpgWeZ0MPLW00oi-j3>.
- 23 Evidências de que o prefeito JOÃO CLEBER DE SOUZA TORRES era o proprietário da fazenda multada por trabalho escravo podem ser encontradas nas seguintes fontes: Joao Cleber Farm owns.docx; e evidências de que ele é proprietário da empresa Jurity, dona da fazenda, aqui: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/candidatos/pa/sao-felix-do-xingu/prefeito/joao-cleber,15> Globo, Multas ambientais podem ir a R\$ milhões, Seronni second largest deforester in the Amazon in 1999.PDF(Shared)- Adobe Document Cloud
- 24 Tribunal Superior Eleitoral, <https://divulgaandcontas.tse.jus.br/divulga/#/> consultado em abril de 2021. Utilizando o CPF de Sergio Seronni, 210.825.611-34, o buscador revela que ele doou R\$ 13 mil para a campanha do prefeito João Cleber de Souza Torres. A pesquisa sobre isso está acessível neste documento: <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:f93648bb-1e54-45ff-a203-7039ce6fadce>
- 25 Folha do Bico, Ex-prefeito João Cleber é preso, <https://www.folhadobico.com.br/sao-felix-ex-prefeito-joao-cleber-e-preso/> também encontrado no seguinte documento: Controversial Cattle Baron Mayor.docx



26 Ibama, Nome ou Razão Social, João Cleber de Souza Torres <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php> e multas baixadas de <https://dadosabertos.ibama.gov.br/dataset/fiscalizacao-auto-de-infracao> e inseridas em , [cleber\\_multas.xlsx](#)

27 Ministério do Trabalho, Lista Suja do Trabalho, [Lista Suja Ministerio do Trabalho RB 2014.xlsx](#)

28 Segundo dados obtidos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do estado do Pará, os pecuaristas Sergio Luiz Xavier Seronni, (CPF 210.825.611-34) e seu filho Sergio Seronni (CPF 016.209.211-38) afirmam possuir diversas fazendas naquele estado:

**Name of ranch / Unique number on the CAR (numero de recibo):**

Fazenda Santa Maria Da Boca Do Monte / PA-1506708-2A1D3B9E2E514F3FBAC A06413B3A511A\* (9033)

Fazenda Aparecida / PA-1506708-27897B1F464F478FA0A5F009EC696F8F (13555)

Fazenda Boca de Monte / PA-1506708-6C116EE990CF4D598105138FA3409F5C (898)

Fazenda Terra Roxa / PA-1507300-30DEDD74F73448D685FE207D63C5515F (2.12)

Fazenda Terra Roxa / PA-15073005282BAE3A7424A5F88A2E706B3557E3B (5003)

Fazenda São José / PA-1507300-9E3FBFA21F544D2EBCC319C795BCFDCD (244)

\*Observe-se que a Fazenda Santa Maria da Boca do Monte é declarada no CAR como de propriedade de MAXS ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA (CNPJ:10.248.520/0001-71), que, [de acordo com o Ministério do Trabalho](#), é em parte de propriedade de Sergio Luiz Xavier Seronni, que através da empresa aluga o imóvel para seu filho Sergio Seronni

29 A Fazenda Terra Roxa continha 578 hectares de desmatamento ilegal entre agosto de 2008 e 2015 – ver metodologia para nosso relatório anterior, [Beef, Banks and the Brazilian Amazon](#), para saber como chegamos a esse valor e consulte o documento a seguir para um resumo: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6df294cc-a6ab-4c1f-b2d6-bc32d7f9613b>; Fazenda Santa Maria da Boca do Monte foi fiscalizada pelo Ibama e teve uma área embargada por desmatamento ilegal abrangendo um total de 1695 hectares; Some 578 ha + 1695 e multiplique por 1,2 para chegar ao valor em campos de futebol de desmatamento ilegal nessas fazendas de propriedade dos Seronni. Usamos as medidas baseadas nos padrões da entidade que rege o futebol mundial, conhecida como Federation Internationale de Football Association, ou FIFA, em que um hectare compreende entre 1,2 e 1,6 “campos de futebol”, retirado de: <https://www.reference.com/science/many-football-pitches-hectare-c79dcfb34def6acb>

30 Britannica, Mônaco, a área total em quilômetros quadrados é 2,03 quilômetros quadrados, que convertidos em hectares é 203, [britannica.com/place/Monaco](#); a Fazenda Terra Roxa, cujo proprietário é Sergio Seronni, continha 552 hectares de desmatamento de acordo com dados de satélite do governo brasileiro de 2008, (ver metodologia para nosso relatório [Beef, Banks and the Brazilian Amazon](#) para ver como chegamos a esse número). 552/203 = 2,7. Portanto, uma das fazendas dos Seronnis continha área desmatada “quase três vezes” o tamanho de Mônaco.

31 Fazenda Terra Roxa, cujo proprietário é Sergio Seronni, continha 25 hectares de desmatamento entre 2012 e 2015, de acordo com dados de satélite do governo brasileiro cruzados com dados oficiais de licença de desmatamento, (veja metodologia para nosso relatório [Beef, Banks and the Brazilian Amazon](#) para ver como chegamos a esses números) <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:8fd55387-5543-4929-a071-b23f2f748f91>

32 Ibama, Consulta de Autuações Ambientais e Embargos, <https://servico.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>, E <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:6cb83664-c9dd-4144-aa3f-a0b3a781c0d4#pageNum=1>; Cadastro Ambiental Rural do Pará (SICAR) <http://car.semas.pa.gov.br/>. Para calcular a área em hectares envolvida no embargo do Ibama à Fazenda Santa Maria da Boca do Monte, baixamos a camada da fazenda no SICAR e a sobreposamos à camada de embargo do Ibama, onde se vê a quantidade em metros quadrados da área embargada na fazenda, que foi convertida para hectares pelo Google, chegando ao valor informado no texto. Para comprovação documental deste processo consulte: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:83b55ba6-abdc-4bc7-8f54-b7a7b8d1a6ba>

33 Ibama, Consulta de Autuações Ambientais e Embargos, <https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>, E <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:6cb83664-c9dd-4144-aa3f-a0b3a781c0d4#pageNum=1>

34 IDESAM, A Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Amazonas, outubro de 2015 (Página 34 - O lucro médio por animal foi estimado em R\$ 212) <http://www.idesam.org.br/publicacao/cadeia-produtiva-corte-amazonas.pdf>. As taxas de câmbio médias entre o dólar americano (USD) e o real brasileiro (BRL) foram consideradas para cada ano de 2014 a 2020, e retiradas de <https://www.exchangerates.org.uk/USD-BRL-spot-exchange-rates-history-2014.html>, (2014: R\$ 2,3533 para US\$/2015: R\$ 3,3345 /2016: R\$ 3,4867 /2017: R\$ 3,1925/2018: R\$ 3,6535/ 2019: R\$ 3,9457/ 2020: R\$ 5,156. Cada média foi então somada e dividida por 7 anos para se chegar a uma taxa de câmbio média de R\$ 3,5 por dólar no período. Em seguida, foram consultadas as guias de trânsito animal (GTAs) para todo o transporte de gado dos Seronni para a JBS entre 2014 e 2020, chegando a um número de 32.859 cabeças de gado (<https://1drv.ms/x/s!AuSRLi60yCbpgWV3atmslRR-8hgX>). Esse valor foi então multiplicado pelo lucro médio por cabeça estimado pelo IDEAN (R\$ 212), chegando a R\$ 6.966.108. Em seguida, foi feita a conversão para US\$ usando a taxa de câmbio média estimada acima (3,5), chegando a um lucro estimado de US\$ 1.990.316 no período, que foi arredondado para “quase 2 milhões de dólares”. Também analisamos outros estudos que mostraram margens de lucro muito maiores por cabeça de gado vendida. Por exemplo, um estudo de 2019 feito pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará afirmou que os pecuaristas estudados relataram margens de lucro por cabeça de gado engordada e vendida entre R\$ 646 e R\$ 818. Se usarmos este valor como a estimativa mais alta e multiplicarmos pelo número de animais vendidos pelos Seronni para a JBS e dividirmos pela taxa de câmbio média, chegaremos a uma estimativa máxima de US\$ 7.679.617 (Veja página 13 para estimativas máximas e mínimas): <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos20/8530147.pdf>

35 Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Erradicação do Trabalho Escravo, Relatório de Fiscalização, Fazenda Terra Roxa, CUMARÚ DO NORTE / PA, Período: 31.05.2006 a 10.06.2006, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f0fed847-c702-40dc-a5f4-c94369152a2b>

36 Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Erradicação do Trabalho Escravo, Relatório de Fiscalização, Fazenda Terra Roxa, CUMARÚ DO NORTE / PA, Período: 31.05.2006 a 10.06.2006, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f0fed847-c702-40dc-a5f4-c94369152a2b>

37 Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Erradicação do Trabalho Escravo, Relatório de Fiscalização, Fazenda Terra Roxa, CUMARÚ DO NORTE / PA, Período: 31.05.2006 a 10.06.2006, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f0fed847-c702-40dc-a5f4-c94369152a2b>

38 Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará Consulta de Processos do 1º Grau, <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:dd908515-67fb-40a4-b55e-fbde4fa0198a>

39 Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho da 8ª Região, VARA DO TRABALHO DE REDENÇÃO; página 5, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6b2e6f4d-3530-46ed-8960-e92add611d69>

40 Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho da 8ª Região, VARA DO TRABALHO DE REDENÇÃO; página 5, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:6b2e6f4d-3530-46ed-8960-e92add611d69>

41 Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Erradicação do Trabalho Escravo, Relatório de Fiscalização, 2018, Fazenda Santa Maria da Boca do Monte, <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:b257d41c-a6c7-435f-9c8c-5112dabb125b>

42 Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, Erradicação do Trabalho Escravo, Relatório de Fiscalização, 2018, Fazenda Santa Maria da Boca do Monte, <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:b257d41c-a6c7-435f-9c8c-5112dabb125b>

43 Ministério do Trabalho, Inspeção do Trabalho, Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:cb02e2af-bdaa-42e8-bb32-67f6a91590cb#pageNum=1>

- 44 Repórter Brasil, Escravizados denunciam condições desumanas e são expulsos a tiros no Pará, 2021, [Escravizados denunciam condições desumanas e são expulsos a tiros no Pará \(reporterbrasil.org.br\)](https://reporterbrasil.org.br)
- 45 Repórter Brasil, Escravizados denunciam condições desumanas e são expulsos a tiros no Pará, 2021, [Escravizados denunciam condições desumanas e são expulsos a tiros no Pará \(reporterbrasil.org.br\)](https://reporterbrasil.org.br)
- 46 Poder Judiciário, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Ação Civil Pública Cível, 0000044-74.2021.5.08.0118, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:b1c9ceb9-7fc0-40f3-bcfb-1feeda5df288>
- 47 Uma taxa de câmbio média de 3,0492 foi calculada considerando a taxa de câmbio média em 2006 e em 2019, somando-as e dividindo-as por 2 para chegar ao valor declarado, retirado de [https://en.wikipedia.org/wiki/Tables\\_of\\_historical\\_exchange\\_rates\\_to\\_the\\_United\\_States\\_dollar](https://en.wikipedia.org/wiki/Tables_of_historical_exchange_rates_to_the_United_States_dollar). As multas pagas pelos Seronni em reais foram retiradas de [página 4 da fiscalização do Ministério do Trabalho](#) referente ao uso de trabalho escravo na fazenda dos Seronni para 2006 (R\$ 80.646 antes dos impostos), e [página 5 da fiscalização de 2018](#) (10690+40000+13324 = R\$ 64.014). O total de multas obtidas foi de R\$ 144.660, que foi então dividido pela taxa de câmbio declarada de 3,0492, para chegar a um valor estimado de US\$ 47.441. Para a fiscalização de 2021 [inspection](#), as multas ainda não foram pagas – mas o valor foi de R\$ 1.162.728, que convertimos para US\$ no Google, chegando a US\$ 210.326, que adicionamos ao total anterior, chegando ao valor informado no texto.
- 48 Poder Judiciário, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Ação Civil Pública Cível, 0000044-74.2021.5.08.0118, (colocar o número acima na “Consulta Processual” na página web a seguir) Consulta Processual - TRT-8 (trt8.jus.br) <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:b1c9ceb9-7fc0-40f3-bcfb-1feeda5df288E> também: <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:74601cef-7634-346c-a1b5-08eb2cd335ad>
- 49 Monitor, Repórter Brasil, Trabalho Escravo na indústria da carne, página 8, [https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Monitor-8\\_Trabalho-escravo-na-ind%C3%BAustria-da-carne.pdf](https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Monitor-8_Trabalho-escravo-na-ind%C3%BAustria-da-carne.pdf)
- 50 Uearthed, As deforestation surges, Brazil moves to weaken indigenous and environmental safeguards, abril de 2020, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:fafa2d32-36f8-4e7a-a13f-71c28db9451d> E Vanderlei Lopes gives new meanings to symbolic Brazilian artworks in “Grilagem” - PIPA Prize
- 51 OEKO, O que é grilagem e o que ela tem a ver com o desmatamento na Amazônia, agosto de 2017, <https://www.oeko.org.br/salada-verde/o-que-e-grilagem-e-o-que-ela-tem-a-ver-com-o-desmatamento-na-amazonia/>
- 52 IPAM, Scientists map land-grabbing in public forests in the Brazilian Amazon, julho de 2020, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:b1b6544a-3eab-44d5-b522-f27a46956af6>
- 53 <https://imazon.org.br/publicacoes/stimulus-for-land-grabbing-and-deforestation-in-the-brazilian-amazon-2/> Deforestation Trajectories on a Development Frontier in the Brazilian Amazon: 35 Years of Settlement Colonization, Policy and Economic Shifts, and Land Accumulation, <https://link.springer.com/article/10.1007/s00267-020-01354-w>
- 54 BBC, Amazon rainforest plots sold via Facebook Marketplace ads, fevereiro de 2021, <https://www.bbc.co.uk/news/technology-56168844>
- 55 Global Witness, *Beef, Banks and the Brazilian Amazon*, página 22, Marfrig, Landgrabbers and Indigenous Land, dezembro de 2020, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f6fa39e1-2892-4d13-b866-41a0eba06d42>
- 56 Global Witness, *Beef, Banks and the Brazilian Amazon*, página 22, Marfrig, Landgrabbers and Indigenous Land, dezembro de 2020, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f6fa39e1-2892-4d13-b866-41a0eba06d42>
- 57 Fazenda Aparecida sales JBS.xlsx
- 58 Guias de trânsito animal acessadas pela Global Witness mostram a Fazenda Aparecida enviando gado para a Fazenda Boca do Monte entre 2015 e 2018 e para Fazenda Terra Roxa em 2020: <https://1drv.ms/x/s!AuSRI60yCbpgW3CVHAVSj-hKmEm>. A Fazenda Boca do Monte aparece então nas guias de trânsito animal como enviando gado para a JBS no mesmo período e além, para 2020 e 2021: [sergio\\_luiz\\_seronni\\_RB\\_17\\_03.xlsx](https://1drv.ms/x/s!AuSRI60yCbpgW3CVHAVSj-hKmEm). Para saber mais sobre como a Global Witness obteve esses dados, consulte a metodologia descrita em nosso relatório, *Beef, Banks and the Brazilian Amazon*, publicado em dezembro de 2020: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:f6fa39e1-2892-4d13-b866-41a0eba06d42>
- 59 Ministério Público Federal, Termo de Ajustamento de Conduta, JBS, <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:cc2ee8e0-7350-4806-93a6-df516cdfcc1e>
- 60 Serviço Florestal Brasileiro, FAQ O que é CAR, <http://www.florestal.gov.br/inventario-florestal-nacional/61-car/167-perguntas-frequentes-car>
- 61 Serviço Florestal Brasileiro, FAQ O que é CAR, <http://www.florestal.gov.br/inventario-florestal-nacional/61-car/167-perguntas-frequentes-car>
- 62 Serviço Florestal Brasileiro, FAQ O que é o CAR, Quem pode cadastrar o CAR, <http://www.car.gov.br/#/suporte>
- 63 Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, Seção II Do Cadastro Ambiental Rural, “Art. 6º A inscrição no CAR, obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tem natureza declaratória e permanente, e conterá informações sobre o imóvel rural, conforme o disposto no art. 21: § 1º As informações são de responsabilidade do declarante, que incorrerá em sanções penais e administrativas, sem prejuízo de outras previstas na legislação, quando total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas.” <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=22096>
- 64 Lei de Registros Públicos, LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973, TÍTULO V
- Do Registro de Imóveis, artigo 19, § 11, diz que “No âmbito do registro de imóveis, a certidão de inteiro teor da matrícula contém a reprodução de todo seu conteúdo e é suficiente para fins de comprovação de propriedade, direitos, ônus reais e restrições sobre o imóvel, independentemente de certificação específica pelo oficial”. Artigo 176.º, n.º 4, inciso I, “cada imóvel terá matrícula própria, que será aberta por ocasião do primeiro ato de registro ou de averbação”. CAPÍTULO VI, Da Matrícula, [L6.015compilada \(planalto.gov.br\)](#)
- 65 Comarca de Santana de Araguaia, Cartório de Registro de Imóveis, Matrícula 2409 – última publicação referente ao fato de que a Matrícula 2409 foi cancelada por grilagem fraudulenta de terras, conforme o auto nº 132/2010 C.JCI, em cumprimento da decisão 002/2010 C.JCI, em cumprimento à decisão do Procurador Ministro Gilson Dipp, conforme documento oficial Number 001943-67.2009.2.00.0000.- <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:365108d1-cebc-47f0-8e41-edd4d74c8b2b>. Para descobrir a localização do imóvel cancelado, usamos as coordenadas da descrição do INCRA de [lote de terra vizinho](#) para a [matrícula 2409](#), e depois a descrição no documento do registro municipal para o mesmo matrícula 2409. A metodologia a seguir explica com mais detalhes como conseguimos traçar a área da propriedade usando esses pontos de dados: <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:a45343a6-d4c4-45b4-9e92-a5a292b3c12a>
- 66 Cadastro Ambiental Rural, Pará, <http://car.semas.pa.gov.br/#/consulta/mapa> (insira o CPF 210.825.611-34 e procure a fazenda número PA-1506708-27897B1F464F478FA0A5F009EC696F8F) Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, Seção II Do Cadastro Ambiental Rural, “Art. 6º A inscrição no CAR, obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, tem natureza declaratória e permanente, e conterá informações sobre o imóvel rural, conforme o disposto no art. 21: § 1º As informações são de responsabilidade do declarante, que incorrerá em sanções penais e administrativas, sem prejuízo de outras previstas na legislação, quando total ou parcialmente falsas, enganosas ou omissas.” <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=22096>
- 67 Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006, [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.html)
- 68 Serviço Florestal Brasileiro, O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) tem a missão de promover o conhecimento, o uso sustentável e a ampliação da cobertura florestal, tornando a agenda florestal estratégica para a economia do país, <https://www.florestal.gov.br/institucional>
- 69 Cadastro Nacional de Florestas Públicas - Atualização 2019, [Cadastro Nacional de Florestas Públicas - Atualização 2019 \(florestal.gov.br\)](#) e consulte o uso do QGIS pela Global Witness para esta camada.
- 70 A Global Witness baixou o shapefile da Fazenda Aparecida do [Cadastro Ambiental Rural \(CAR\)](#), e o sobrepôs aos dados oficiais de satélite de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE-PRODES), que mostram um hotspot de 13 hectares na área da fazenda declarada pelo tribunal como área de grilagem (veja referência relevante acima para

comprovação da grilagem), e também sobreposamos isso a dados do [Serviço Florestal do Brasil \(SFB\)](#), que mostram como o polígono de desmatamento do INPE se sobrepõe às áreas <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:4cca3dd6-ca82-4ca4-81a3-b7cfc94f82a>

71 FASE, Cadastro Ambiental Rural é usado na legalização da grilagem de terras, 2017, <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/car-e-usado-na-legalizacao-da-grilagem/> AND Instituto Socioambiental, Oito anos após criação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda viola direitos quilombolas, <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/oito-anos-apos-criacao-cadastro-ambiental-rural-car-ainda-viola-direitos-quilombolas> E Imazon, O Estado de Áreas Protegidas: CAR, 2018, <https://imazon.org.br/publicacoes/o-estado-de-areas-protetidas-car/>

72 Imazon, Relatório do Imazon lançado nesta quarta-feira (24) aponta estímulos à grilagem de terras e desmatamento com leis e práticas de órgãos fundiários na Amazônia Legal <https://imazon.org.br/imprensa/leis-federais-e-estaduais-estimulam-invasao-de-terras-publicas-e-desmatamento-na-amazonia/> E Greenpeace Brasil, O trator ruralista que destrói a Amazônia e tira direitos da população precisa ser freado, <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/o-trator-ruralista-que-destrui-a-amazonia-precisa-ser-freado/>

73 Ministério Público Federal, Auditorias confirmam e aprimoram avanços no controle da origem da carne no Pará, 2019, <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/554228597/auditorias-confirmam-e-aprimoram-avancos-no-controle-da-origem-da-carne-no-para> E <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:19fb5956-9055-4c5a-8ce5-472b7b80f5de>

74 Greenpeace Brasil, CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA OPERAÇÕES COM GADO E PRODUTOS BOVINOS EM ESCALA INDUSTRIAL NO BIOMA AMAZÔNIA, <https://storage.googleapis.com/planet4-brasil-stateless/2018/07/criterios-m-nimos-para-opera-2.pdf>

75 Ministério Público Federal do Pará, Sínteses dos resultados das auditorias relativas a operações comerciais em 2017 realizadas por frigoríficos signatários do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Pecuária no Pará, JBS geral, [http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/resultados\\_auditorias\\_tacs\\_pecuaria\\_pa\\_compras\\_2017\\_divulgacao\\_2019.pdf](http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/resultados_auditorias_tacs_pecuaria_pa_compras_2017_divulgacao_2019.pdf) E <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:47eaf2f3-6725-4e07-a9be-f4a853e166b3> AND 2021: Apresentação dos resultados detalhados por empresa auditada no 3º ciclo de auditorias do TAC da Pecuária - Pará ([mpf.mp.br](http://mpf.mp.br))

76 Ministério Público Federal 4ª Câmara de Coordenação e Revisão - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural - Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia, maio de 2020, [https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1597414321-guia\\_cumprimento\\_protocolo\\_de\\_monitoramento.pdf](https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1597414321-guia_cumprimento_protocolo_de_monitoramento.pdf)

77 Cadastro Ambiental Rural, Pará, Fazenda Boca do Monte, número de recibo: PA-1506708-6C116EE990CF4D598105138FA3409F5C, Área Consolidada 120,29; <http://car.semas.pa.gov.br/#/consulta/mapa>

78 A Global Witness teve acesso a guias de trânsito animal que documentam o movimento de gado para abatedouros no estado do Pará, no Amazonas. Consulte a metodologia em nosso relatório *Beef, Banks and the Brazilian Amazon* para saber como obtivemos esses documentos e descrição de como identificamos que as fazendas vendem gado para a JBS. Consulte também a seguinte planilha de Excel para um resumo dos dados das guias de trânsito animal neste caso: [sergio\\_luiz\\_seronni\\_RB\\_17\\_03.xlsx](#)

79 Imaflo, Beef on Track E <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:bbc2b282-40d3-4acc-b90c-d04b93be7b86>

80 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, PROTOCOLO DE MONITORAMENTO DE FORNECEDORES DE GADO DA AMAZÔNIA, página 8, “O valor máximo aceitável para o índice teórico de produtividade é de 3,0 cab/ha/ano, utilizando como período de tempo o ano fiscal.” [1597414321-guia\\_cumprimento\\_protocolo\\_de\\_monitoramento.pdf](https://www.beefontrack.org/public/media/arquivos/1597414321-guia_cumprimento_protocolo_de_monitoramento.pdf) ([beefontrack.org](http://beefontrack.org))

81 Guias de trânsito animal acessadas pela Global Witness para a Fazenda Boca do Monte, emitidas por Sergio Luiz Xavier Seronni: [21082561134 \(2\).xlsx](#) E emitidas por MARIA APARECIDA XAVIER SERONNI: [https://globalwitnessngo-my.sharepoint.com/:x/g/personal/cmoye\\_globalwitness\\_org/EWQRVBebG9PmR35eVTwylcBC6T6fKpHpvHm3AYixXvJQ?e=2q0he8](https://globalwitnessngo-my.sharepoint.com/:x/g/personal/cmoye_globalwitness_org/EWQRVBebG9PmR35eVTwylcBC6T6fKpHpvHm3AYixXvJQ?e=2q0he8)

O total das guias de trânsito animal da fazenda para a JBS para o ano fiscal de 2020 soma 1.298 cabeças de gado, que divididas pela “área consolidada” da fazenda declarada no CAR (área sem floresta e utilizada para pastagem e que o protocolo estipula como a área necessária a ser utilizada para fazer o

cálculo), equivalente a 120,29, alcançam uma média de quase 11 cabeças por hectare para 2020, ou seja, quase o triplo do valor estipulado no protocolo oficial de monitoramento do Ministério Público Federal.

82 Guias de trânsito animal acessadas pela Global Witness para a Fazenda Boca do Monte, emitidas por Sergio Luiz Xavier Seronni: [21082561134 \(2\).xlsx](#) E emitidas por MARIA APARECIDA XAVIER SERONNI: [https://globalwitnessngo-my.sharepoint.com/:x/g/personal/cmoye\\_globalwitness\\_org/EWQRVBebG9PmR35eVTwylcBC6T6fKpHpvHm3AYixXvJQ?e=2q0he8](https://globalwitnessngo-my.sharepoint.com/:x/g/personal/cmoye_globalwitness_org/EWQRVBebG9PmR35eVTwylcBC6T6fKpHpvHm3AYixXvJQ?e=2q0he8)

O total das guias de trânsito animal da fazenda para a JBS para o ano fiscal de 2021 soma 828 cabeças de gado, que divididas pela “área consolidada” da fazenda declarada no CAR (área sem floresta e utilizada para pastagem e que o protocolo estipula como a área necessária a ser utilizada para fazer o cálculo), equivalente a 120,29, alcançam uma média de quase 7 cabeças por hectare para 2021, ou seja, mais que o dobro do valor estipulado no protocolo oficial de monitoramento do Ministério Público Federal.

83 Giro do Bio, Confinamento ‘sobe a régua’ da pecuária com intensificação e gestão, 2020, <https://www.girodobo.com.br/noticias/confinamento-sobe-a-regua-da-pecuaria-com-intensificacao-e-gestao/>

84 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, PROTOCOLO DE MONITORAMENTO DE FORNECEDORES DE GADO DA AMAZÔNIA, [1597414321-guia\\_cumprimento\\_protocolo\\_de\\_monitoramento.pdf](#) ([beefontrack.org](http://beefontrack.org))

85 Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig) está vinculado ao Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás, <https://www.lapig.iesa.ufg.br/lapig/index.php/lapig/quem-somos> E nossas análises podem ser encontradas aqui: [Explicação cálculo área das classes de pastagem fazenda boca do monte \(002\).docx](#)

86 Guias de trânsito animal acessadas pela Global Witness para a Fazenda Boca do Monte, emitidas por Sergio Luiz Xavier Seronni: [https://globalwitnessngo-my.sharepoint.com/:x/g/personal/cmoye\\_globalwitness\\_org/EYGaCehdw5FAGFGnv2v6858B-1ifP3BR3RLJ-pze6xLow?e=5nMWNN](https://globalwitnessngo-my.sharepoint.com/:x/g/personal/cmoye_globalwitness_org/EYGaCehdw5FAGFGnv2v6858B-1ifP3BR3RLJ-pze6xLow?e=5nMWNN) E emitidas por MARIA APARECIDA XAVIER SERONNI: [https://globalwitnessngo-my.sharepoint.com/:x/g/personal/cmoye\\_globalwitness\\_org/EWQRVBebG9PmR35eVTwylcBC6T6fKpHpvHm3AYixXvJQ?e=2q0he8](https://globalwitnessngo-my.sharepoint.com/:x/g/personal/cmoye_globalwitness_org/EWQRVBebG9PmR35eVTwylcBC6T6fKpHpvHm3AYixXvJQ?e=2q0he8)

O total das guias de trânsito animal da fazenda para a JBS para o ano fiscal de 2020 soma 1.695 cabeças de gado, que divididas pela “área consolidada” da fazenda declarada no CAR (área sem floresta e utilizada para pastagem e que o protocolo estipula como a área necessária a ser utilizada para fazer o cálculo), equivalente a 120,29, alcançam uma média de 14 cabeças por hectare para 2020, ou seja, muito acima do valor estipulado no protocolo oficial de monitoramento do Ministério Público Federal.

87 Ministério Público Federal do Pará, Sínteses dos resultados das auditorias relativas a operações comerciais em 2017 realizadas por frigoríficos signatários do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Pecuária no Pará, JBS geral, [http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/resultados\\_auditorias\\_tacs\\_pecuaria\\_pa\\_compras\\_2017\\_divulgacao\\_2019.pdf](http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/resultados_auditorias_tacs_pecuaria_pa_compras_2017_divulgacao_2019.pdf) E <https://documentcloud.adobe.com/link/review?uri=urn:aaid:scds:US:47eaf2f3-6725-4e07-a9be-f4a853e166b3>

88 Veja as guias de trânsito animal para MARIA APARECIDA XAVIER SERONNI.xlsx e SIRLANE HONORATO SERONNI.xlsx e GUSTAVO SERONNI.xlsx

89 VER LOUIS HQOBSERVABLE

90 VER LOUIS GODDARD HQOBSERVABLE

91 BBFA

92 *Beef, Banks and the Brazilian Amazon*, dezembro de 2020, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/beef-banks-and-brazilian-amazon/>

93 *Beef, Banks and the Brazilian Amazon*, dezembro de 2020, <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/forests/beef-banks-and-brazilian-amazon/>

94 Grant Thornton, Auditoria da JBS SA, agosto de 2020, página 10, <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:0beb590e-5c65-49c4-a3f5-a31a6276ae9b>

95 BDO, Auditorias da JBS para 2015, página 4 (do PDF): <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:a4902865-b58a-481d-bde9-d49e5ca59172> Auditorias DNV-GL da JBS para 2016, página 6 (do PDF): <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:74d0de39-d4ac-4015-b8c2-0f8d0ec110fa> Auditorias DNV-GL da JBS para 2017, página 7 (do PDF): <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:a359f469-7b09-4680-8d1b-88097675b8e9>





# ENCONTRE OS FATOS EXPONHA A HISTÓRIA MUDE O SISTEMA

Contestando abusos de poder para proteger os direitos humanos e para garantir o futuro do nosso planeta.

[globalwitness.org](https://globalwitness.org)

ISBN: 978-1-911606-65-9  
Junho 2022

A Global Witness é uma empresa limitada por garantia e incorporada na Inglaterra (No.2871809)

Global Witness 2022